

CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA

LEONARDO DE SÁ RIBAS GUEBERT

**ANÁLISE GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DA CHINA: A IMPORTÂNCIA DE
XINJIANG PARA A NOVA ROTA DA SEDA**

CURITIBA

2021

LEONARDO DE SÁ RIBAS GUEBERT

**ANÁLISE GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DA CHINA: A IMPORTÂNCIA DE
XINJIANG PARA A NOVA ROTA DA SEDA**

**Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais do Centro Universitário Curitiba**

Orientador: Prof. Dr. Rafael Mandagaran Gallo

CURITIBA

2021

LEONARDO DE SÁ RIBAS GUEBERT

**ANÁLISE GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DA CHINA: A IMPORTÂNCIA DE
XINJIANG PARA A NOVA ROTA DA SEDA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Dr. Rafael Mandagaran Gallo
Orientador

Prof. Membro da Banca

Prof. Membro da Banca

Curitiba, ____ de _____ de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Fernanda Sberze de Sá Ribas e ao meu pai Jorge Luiz Guebert por me incentivaram e me apoiaram desde o início do curso, proporcionando minha formação, respeitando e confiando nas minhas decisões, além de auxiliar nos meus projetos futuros.

Aos meus avós Joice Sberze de Sá Ribas e Rutílio de Sá Ribas Neto que me proporcionaram todo o suporte necessário para que nada corresse fora dos trilhos durante a trajetória da faculdade.

Aos meus amigos em geral, por tornarem sempre o ambiente muito mais leve e agradável e por me acompanharem e me ensinarem muitas coisas ao longo de toda jornada na faculdade e fora dela, fazendo de mim um amigo e uma pessoa melhor.

Ao Prof. Dr. Rafael Mandagaran Gallo pela dedicação e comprometimento em suas orientações prestadas na elaboração desse trabalho, auxiliando na construção de ideias e concedendo a liberdade necessária para a redação dessa monografia.

Uma menção honrosa aos professores Gustavo Glodes Blum e Janiffer Tammy Gusso Zarpelon que muito me inspiraram com seus conteúdos apresentados durante o curso, os quais foram fundamentais para despertar meu interesse em áreas específicas de estudo, abrindo meus os olhos tanto para a realização desse trabalho quanto para minha realização pessoal e profissional.

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar e compreender a importância geopolítica e geoestratégica da província de Xinjiang e suas condicionantes econômicas para o Estado chinês e seu ambicioso projeto econômico denominado *“Belt and Road Initiative”* (BRI), conhecido também como Nova Rota da Seda, mas não primeiramente sem entender o contexto da região como um todo, cenário de duas tentativas frustradas de independência por parte dos habitantes locais de minoria étnica uigur, que não se enxergam como parte da unidade chinesa da dominante etnia han. É de fundamental importância entender o jogo político da China e como sua política interna e externa interagem com a região de Xinjiang, para assim ser possível entender as estratégias utilizadas por Xi Jinping para assegurar seus interesses e angariar apoio em nível nacional e internacional através de seus discursos. A Nova Rota da Seda consiste em um gigantesco projeto econômico, uma estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo chinês que envolve o aprimoramento de infraestrutura e investimentos em países da Europa, Ásia e África. Para garantir efetivamente o sucesso do plano, que potencializa o nível da presença chinesa no comércio internacional de maneira extraordinária, o Partido Comunista Chinês precisa controlar seu território para assegurar a legitimidade de seu governo internamente, buscando entender sua população dentro de suas delimitações enquanto Estado, o que acaba envolvendo diretamente Xinjiang e os uigures que lá vivem, e, dessa forma, efetivando a exportação do seu projeto econômico para além de suas fronteiras e ampliando a atuação diplomática chinesa nos assuntos da agenda internacional.

Palavras-chave: Geopolítica. Geoestratégia. Xinjiang. Nova Rota da Seda.

ABSTRACT

The present paper aims to analyze and understand the geopolitical and geostrategic importance of Xinjiang province and its conditions for the Chinese State and its ambitious economic project called “Belt and Road Initiative” (BRI), also known as the New Silk Road, but not primarily without understanding the context of the region as a whole, which was the scene of two frustrated independence movements on the part of the local inhabitants of the ethnic Uighur minority, who do not see themselves as part of the Chinese unity of the dominant Han ethnic group. It’s essential to understand the political game of China and how its domestic and foreign policy interact with the Xinjiang region, so that it is possible to understand how Xi Jinping used to secure his interests and garner support at national and international level through his speeches. The New Silk Road consists of a gigantic economic project, a development strategy adopted by the Chinese government that involves the improvement of infrastructure and investments in countries in Europe, Asia and Africa. To guarantee the success of the plan, which enhances the level of the Chinese presence in international trade in an extraordinary way, the Chinese Communist Party needs to control its territory to guarantee the legitimacy of its government internally, seeking to understand its population within its boundaries as a State, what ends up directly involving Xinjiang and the Uighurs who live there, and, therefore, effecting the exportation of its economic project beyond its borders and expanding Chinese diplomatic activities in the international agenda.

Keywords: Geopolitics. Geostrategy. Xinjiang. New Silk Road.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	JUSTIFICATIVA, PROBLEMA E HIPÓTESES	7
1.2	OBJETIVOS E METODOLOGIA	8
2	UM OLHAR GEOECONÔMICO SOBRE CHINA E XINJIANG	10
2.1	POPULAÇÃO UIGUR, CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL	14
2.2	TURQUESTÃO ORIENTAL E OS SIMBOLISMOS TERRITORIAIS.....	18
3	GEOPOLÍTICA, GEOESTRATÉGIA E SUAS DIFERENTES CONCEPÇÕES ..	25
3.1	GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA HAN EM XINJIANG	31
4	O PROJETO ‘NOVA ROTA DA SEDA’ E A DIPLOMACIA DE XI JINPING	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia objetiva analisar e compreender a importância geopolítica e geoestratégica e as condicionantes econômicas da província chinesa conhecida como Xinjiang para o Partido Comunista Chinês e seu ambicioso projeto econômico denominado “*Belt and Road Initiative*” (BRI), conhecido também como Nova Rota da Seda, mas não primeiramente sem entender o contexto da região como um todo, palco de duas tentativas frustradas de independência por parte dos habitantes de etnia uigur, povo muçulmano de origem turcomena que se identifica culturalmente e etnicamente mais ao Afeganistão, Paquistão e outros países da Ásia Central com os quais faz fronteira do que ao Estado chinês.

A província do Sinqiã, como é chamada em português, é uma região localizada no noroeste da China que detém duas vezes o tamanho do estado norte-americano do Texas, fazendo fronteira com oito Estados diferentes e com a também turbulenta província do Tibete. Xinjiang já foi cenário de movimentos separatistas e instabilidade, porém até os dias atuais não pode ser considerada uma região pacífica desde as últimas ações do governo Xi Jinping que reprime a minoria muçulmana local, restringindo sua cultura, culminando em 2009 em manifestações contra a discriminação que sofriam nas mãos dos han. A partir desse momento, o Partido Comunista Chinês começa a ser mais incisivo contra os uigures julgando esses indivíduos como ameaças à ordem e rotulando-os como terroristas separatistas islâmicos, realizando detenções em massa em campos de concentração denominados pelo governo como “centros de reeducação de desextremização”.

1.1 JUSTIFICATIVA, PROBLEMA E HIPÓTESES

É necessário realizar uma análise do cenário atual do local desde o estabelecimento e desaparecimento de fronteiras que moldaram relações de afastamento entre a província de Xinjiang e o Estado chinês. Dessa forma, o trabalho busca oferecer ferramentas para evidenciar o impacto que tanto as características que abrangem o território influenciam nas decisões que o governante acata e ressaltam os interesses nacionais do Estado enquanto instituição que busca a sobrevivência no sistema internacional.

É de fundamental importância entender o jogo político chinês e como sua política interna e externa interagem com a região de Xinjiang, para assim ser possível

analisar as estratégias utilizadas por Xi Jinping para assegurar seus interesses e angariar apoio em nível nacional e internacional.

Portanto, é questionado nesse contexto de que maneira a província de Xinjiang participa dos futuros planos econômicos chineses e como o governo de Xi Jinping atua interna e externamente para garantir absoluto controle da região para consolidar a Nova Rota da Seda?

Parte-se da hipótese de que as circunstâncias econômicas que repousam sobre a província de Xinjiang revelam o comportamento e os interesses do Partido Comunista Chinês acerca de sua população e justificam suas ações para manutenção do controle sobre a região, delimitando as políticas e estratégias no tempo e no espaço. Ademais, o projeto “*Belt and Road Initiative*” ultrapassa fronteiras estatais, consolidando a influência chinesa ao redor do mundo para a sustentação de seu *status quo* no sistema internacional e sua consolidação e aperfeiçoamento como uma hegemonia econômica mundial.

1.2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo central do trabalho consiste em identificar a relevância da província de Xinjiang para a ambiciosa iniciativa da Nova Rota da Seda e como as condicionantes desse processo justificam as ações do Partido Comunista Chinês e afetam a minoria étnica uigur que habitam a região.

Para tanto, foram delineados objetivos específicos para atingir o resultado principal, como conhecer a discussão sobre fronteiras por fatores históricos, étnicos, econômicos e religiosos e a relação com Xinjiang; compreender o controle da província pelo governo chinês, analisando a geopolítica e a geoestratégia da região; entender o projeto “*Belt and Road Initiative*”, plano que visa conectar ainda mais a China ao comércio mundial, aumentando significativamente sua relevância no sistema internacional enquanto potência econômica.

Na primeira seção será contextualizada a região de Xinjiang em todos os seus aspectos econômicos e geográficos, além de compreender e observar o grupo étnico uigur que habita a província há anos. Trabalhando o conceito de território e suas cosmovisões, entendendo o objeto não somente como algo material e físico, mas simbólico, e analisando quem domina ou influencia as ações que ocorrem dentro desse espaço, será possível iniciar uma compreensão de todas as relações de poder, econômicas e culturais que se destacam em Xinjiang.

A segunda seção pretende analisar as relações de poder estabelecidas em Xinjiang através de análises geopolíticas e geoestratégicas mais aprofundadas, observando os interesses da população local e as estratégias traçadas pelo governo da China para garantir efetivamente o sucesso do seu megaprojeto geoeconômico, revelando a importância que a província chinesa assume à médio e longo prazo, analisando sob diferentes óticas a maneira como o Partido Comunista Chinês exerce seu controle sobre o território para garantir seus interesses.

Já a terceira seção visa compreender o plano “*Belt and Road Initiative*” (BRI), o gigantesco projeto econômico entendido como uma Nova Rota da Seda, uma estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo chinês envolvendo o aprimoramento de infraestrutura e investimentos em países da Europa, Ásia e África, englobando rotas comerciais tanto terrestres quanto marítimas. O Partido Comunista Chinês emprega discursos que promovem garantias para os países envolvidos, negociações *win-win* para evitar perturbações ao longo do processo e efetuar o comércio terrestre que será iniciado a partir de Xinjiang para a execução da Nova Rota da Seda envolvendo diretamente a província e os uigures que lá vivem e, dessa forma, assegura a legitimidade de seu governo tanto em nível nacional quanto internacional.

Para viabilização dos objetivos acerca dessa temática, será adotado a metodologia de estudo bibliográfico como referência para o desenvolvimento da monografia, realizando primeiramente uma contextualização do que ocorre na província chinesa de Xinjiang, visando entender todos os aspectos políticos, históricos e socioeconômicos presentes. Além disso, para compreender melhor a questão geopolítica e geoestratégica e o papel do território, uma abordagem qualitativa será empregada através de análises documentais de artigos científicos buscando também assimilar a importância da região para a Nova Rota da Seda.

2 UM OLHAR GEOECONÔMICO SOBRE CHINA E XINJIANG

A atual República Popular da China, apesar de ser o berço de uma civilização milenar que carrega um acervo de complexidades e particularidades históricas, geográficas, sociais e culturais, ainda é compreendida sob a ótica do senso comum no âmbito internacional. Enxergar um Estado soberano e sua população de maneira consensual dificulta expressivamente a compreensão da realidade, da organização e funcionamento de uma determinada sociedade. De acordo com o cientista político Lucian Pye, “a China é uma civilização que finge ser uma nação.”¹ Essa afirmação é percebida quando é realizada uma análise mais aproximada acerca do gigante asiático, que ao longo da história abrigou diferentes civilizações que se traduzem em uma diversidade de povos, etnias, culturas, religiões e idiomas, o que acabou constituindo um Estado multicultural e, conseqüentemente, heterogêneo. (ZHOU, 2016, p. 111)

É importante lembrar que a região foi palco também de diversas invasões ao longo dos séculos, desde o período do Império Mongol até a chegada das potências imperialistas europeias durante os séculos XIX e XX, além da posterior invasão japonesa a partir da década de 30, episódios que deixaram marcas até os dias de hoje na sociedade chinesa (MARSHALL, 2016, p. 52). O conjunto desses fatores espalhados pela linha cronológica histórica ajudam historiadores e internacionalistas a compreenderem a formação do Estado chinês e como a atual República Popular da China, terceiro maior país do mundo em termos territoriais que sustenta aproximadamente 1,4 bilhões de habitantes², se organizou internamente e externamente para assegurar sua soberania no Sistema Internacional após tantos períodos de turbulência.

Percebidas as complexidades do Estado mais populoso do mundo, a análise dessa monografia se concentra na complexa Região Autônoma Uigur de Xinjiang³ (chamada também de Sinqiã na língua portuguesa), território conquistado durante o século XVIII que corresponde a aproximadamente três vezes o tamanho da França, o que caracteriza a província como a maior unidade administrativa do Estado chinês (DILLON, 2016, p. 60); porém não primeiramente sem compreender o contexto que confere um protagonismo para essa região.

¹ MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 45.

² Ibid., p.49

³ Na sigla em inglês: XUAR (*Xinjiang Uyghur Autonomous Region*). (HAYES, 2019, p. 1)

Xinjiang está localizada na região noroeste da China, geograficamente muito afastada das metrópoles como a capital Pequim e dos grandes polos industriais, econômicos e comerciais do país que se estendem pela faixa leste do território. A vasta província, lar da minoria étnica uigur⁴, é caracterizada por extensas áreas desertas que possibilitaram o desenvolvimento de cidades oásis mais ao sul e pelo seu terreno acidentado devido às diversas cadeias montanhosas que percorrem a região⁵, as quais também delimitam suas fronteiras internas com o Tibete e externas com um total de oito Estados soberanos (MARSHALL, 2016, p. 58), desde a Mongólia e Rússia ao norte até Índia e Paquistão à sudoeste.

A posição geográfica de Xinjiang é extremamente importante para a China e as ambições do Partido Comunista Chinês, que considera o local não como uma província, mas como uma Região Autônoma desde 1955 (DILLON, 2016, p. 61), assim como o vizinho Tibete. Em razão de um processo de modernização e desenvolvimento estrutural gradual do país, Xinjiang passou a ter importância não exclusivamente estratégica por sua posição geográfica privilegiada rodeada por fronteiras, mas também economicamente, por ter se concretizado como uma significativa nova fonte de recursos energéticos (BECQUELIN, 2000, p. 66). Com o passar dos anos, o frenético crescimento econômico do Estado chinês, aliado ao aumento exorbitante de seu contingente populacional, culminaram em uma necessidade cada vez maior de utilização de recursos energéticos para suprir as exigências de seus habitantes, fato que retrata o maior desafio que os sucessivos governos do país enfrentaram desde o princípio da organização da sociedade chinesa contemporânea. De acordo com o economista e consultor da Petrobras Alexandre Palhano Corrêa (2015, p. 198):

Os problemas estruturais do setor energético da China relacionados à sua baixa eficiência dizem respeito: à alta proporção de carvão na oferta de energia primária; à tendência de expansão da indústria energo-intensiva⁶; e ao recente crescimento vertiginoso da indústria automotiva.

Devido ao baixo crescimento na oferta de óleo em nível nacional e pelo fato de o país ser autossustentável em carvão, além de ter um menor custo de produção, houve uma substituição na matriz energética chinesa, elegendo o carvão como principal

⁴ Os uigures serão abordados e caracterizados adiante.

⁵ Deserto de Taklamakan e a grande cadeia de montanhas Tianshan, que se estende do leste ao oeste de Xinjiang (DILLON, 2016, p. 61)

⁶ Os setores energo-intensivos envolvem metalurgia, cimento, papel, têxteis, processamento de petróleo e carvão (químicos) e geração de eletricidade. (CORRÊA, 2015, p. 195)

fonte energética do país sucedendo o petróleo a partir da década de 1980 (CORRÊA, 2015, p. 205). Contudo, através da coleta de dados e análise de gráficos, o economista exhibe o paralelo entre o crescimento populacional e a urgência do país por recursos energéticos que passariam de alternativos para primordiais ao longo do tempo. Segundo Corrêa (2015, p. 199), “A partir de 1994 (...), o crescimento econômico dos últimos trinta anos gerou, ano após ano, um aumento significativo da demanda de energia com fortes reflexos na demanda de petróleo.”

Essa lógica reflete o cenário da China moderna, após uma série de investimentos em construção civil e infraestrutura para indústrias energo-intensivas (CORRÊA, 2015, p. 205), além do contínuo crescimento da frota de veículos. Apesar de não ter sido prioridade nesse processo em um primeiro momento pelos altos gastos de transporte e de infraestrutura para sua execução, a indústria de gás natural se tornou necessária assim como o petróleo desde os anos 2000 para suprir a demanda de energia. (CORRÊA, 2015, p. 207)

Com o objetivo de efetivar a captação desses recursos, líderes executivos e empresariais chineses passaram a realizar esforços associando seus interesses que se traduziram em substanciais investimentos em tecnologia e inovação, permitindo pesquisas e explorações avançadas de novas fontes de energia em todo seu vasto território, tanto acerca de gás natural quanto de petróleo. Esse processo não ocorreu de maneira diferente em Xinjiang, região que após descobertas de importantes bacias sedimentares⁷ passou a produzir mais de 25 toneladas de petróleo em 2009, além de corresponder a cerca de 40% das reservas de carvão (que equivale a 57,7% do consumo total do país no ano de 2019)⁸ e um importante potencial para desenvolvimento de energias renováveis como a eólica. (CORRÊA, 2015, p. 231)

O novo paradigma desenvolvimentista chinês caracterizado pela exploração dos recursos energéticos, entretanto, atribuiu à Xinjiang uma função que a província nunca havia exercido em épocas anteriores, uma vez que sua relevância estava limitada ao setor agrário e têxtil, ou seja, ligada estritamente à sua geografia. Esse destaque ocorreu principalmente a partir de 1959, quando a China começa a experimentar as primeiras dificuldades com o crescimento populacional e a produção

⁷ Junggar (rica em petróleo e carvão) e Tarim (rica em depósitos de petróleo e gás natural). (CORRÊA, 2015, p. 207)

⁸ CHINA STATISTICAL YEARBOOK. 9-2 *Total Energy Consumption and Its Composition*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2020/indexeh.htm>. Acesso em: 27 maio 2021

de alimentos. Como examina Qin-Li (1990, p. 67, tradução nossa), “as falhas na colheita da China foram causadas por uma combinação de políticas internas do ‘Grande Salto Adiante’ e más condições meteorológicas.”⁹

Apesar de apresentar condições climáticas perigosas e instáveis características de regiões montanhosas e desérticas, frequentemente marcadas por fortes nevascas nos invernos rigorosos, tempestades de areia e por terremotos especialmente nas áreas fronteiriças (DILLON, 2016, p. 63), Xinjiang se destacou das demais regiões do país enquanto alternativa para a produção agrícola, produzindo mais comida *per capita* do que o restante do país no início da década de 1960 (QING-LI, 1990, p. 67), o que evidenciou seu caráter particular, distante do Estado chinês em termos geográficos e econômicos. A destoante característica territorial de Xinjiang e sua contribuição para a agricultura chinesa é evidenciada por Qin-Li (1990, p. 67, tradução nossa):

Uma vez que Xinjiang consiste em áreas agrícolas irrigadas e a água para a irrigação é fornecida através de rios, fontes subterrâneas, geleiras e neve, as colheitas não dependiam exclusivamente do clima. Todos esses fatores atenuaram a gravidade das dificuldades de produção comparadas com outras províncias.¹⁰

O governo chinês, visando aproximar a província da União han de maneira estratégica¹¹, prometeu grandes investimentos na região a partir do ano de 1991 para transformar Xinjiang em sua principal área para produção de algodão e em uma potência regional (BECQUELIN, 2000, p. 67), medida que subjetivamente resultaria em benefícios para as condições de vida da população uigur local. Como lembra Becquelin (2000, p. 75, tradução nossa), “à medida que as cidades e vilas de Xinjiang aumentam de tamanho, suas funções administrativas também se expandem e têm um peso maior frente aos arredores territoriais”.¹²

Com efeito, tanto a região norte de Xinjiang chamada de *Beijing*, local onde está localizada Urumqi, capital e maior cidade da província, quanto a região sul

⁹ No original: “[...] China's harvest failures were caused by a combination of internal policies of the ‘Great Leap Forward’ and bad weather conditions”. (QING-LI, 1990, p. 67)

¹⁰ No original: “Since Xinjiang consists of irrigated agricultural areas, and water for irrigation is supplied through rivers, underground sources, glaciers and snow, harvests did not rely directly on the weather. All these factors alleviated the seriousness of production difficulties compared to other provinces”. Id.

¹¹ As políticas geoestratégicas do Partido Comunista Chinês serão explicadas mais detalhadamente na segunda seção dessa monografia.

¹² No original: “As Xinjiang's cities and towns grow in size, their administrative functions also expand and take an increased weight vis-a-vis the surrounding territory”. (BECQUELIN, 2000, p. 75)

denominada *Nanjiang*, de importantes cidades históricas como Kashgar, sofreram fortes impactos com a modernização e as políticas governamentais de desenvolvimento direcionadas ao oeste do país¹³, mesmo divididas pelas montanhas Tianshan, sendo nítida a evolução da região que era subdesenvolvida especialmente na porção sul do território (DILLON, 2016, p. 74). Os habitantes dessas áreas, chamados de uigures, são reconhecidos pelo governo chinês como uma das 55 minorias étnicas, entendidas como nacionalidades (HOWELL e FAN, 2011, p. 123), que compõem a sociedade chinesa.

A população uigur detém intensas raízes e identidades culturais completamente discrepantes da maioria étnica han, os quais conforme Marshall (2016, p. 50) “constituem hoje mais de 90% da população da China e dominam a política e os negócios nacionais”. Desse modo, entender as revoltas e reivindicações dos uigures acerca de seu território, é também compreender as complexidades do Estado chinês e as políticas e episódios marcantes que acontecem no âmbito interno do país, concentrando a análise principalmente em Xinjiang.

2.1 POPULAÇÃO UIGUR, CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL

Segundo o jornalista Tim Marshall (2016, p. 58), “houve, há e haverá sempre distúrbios em Xinjiang”, comentário que explicita a instabilidade e turbulência constante na região protagonizada justamente pela minoria étnica uigur que protesta contra as medidas de controle da burocracia executiva comandada pela majoritária etnia han. Os uigures são a população nativa de Xinjiang, um povo muçulmano de origem turcomena que tem um idioma semelhante ao uzbeque relacionado ao turco (MARSHALL, 2016, p. 58) Dessa forma, a identificação desse povo cultural e etnicamente é muito mais acentuada com os países islâmicos localizados na Ásia Central com os quais Xinjiang faz fronteira do que as demais regiões administrativas ou províncias chinesas, que são majoritariamente comandadas pelos han. (DILLON, 2016, p. 61)

A dissemelhança cultural e social entre Xinjiang e as demais regiões do gigante asiático é refletida na localização da província, uma vez que está situada mais próxima às capitais do Quirquístão e do Uzbequistão (Bishkek e Toshkent, respectivamente) do que à Pequim e as principais cidades do país, ou seja, a província é

¹³ Denominadas *Go West*, abordadas na segunda seção da monografia.

significativamente afastada da esfera de influência das metrópoles, distante do modo de viver chinês entendido como tradicional. Como expõe Dillon (2016, p. 60, tradução nossa), Xinjiang:

Encontra-se tão longe a oeste de Pequim que está efetivamente duas horas atrás da capital chinesa: Xinjiang opera no horário de Pequim, em particular para transporte aéreo e ferroviário de longa distância e comunicações com Pequim e escritórios do governo, mas também em hora local para uso informal.¹⁴

A partir da percepção dos inexistentes laços culturais e étnicos entre uigures e han é possível compreender como a região de Xinjiang já foi palco de duas tentativas frustradas de independência¹⁵ pela minoria muçulmana, além de diversas revoltas e conflitos menores que ocorreram ao longo da história, datados desde o ano de 1759 após a anexação do território pelo império Qing (BECQUELIN, 2000, p. 66) e por todo os séculos XIX e XX até os dias mais recentes. Para demonstrar o nível de tensão que paira sobre Xinjiang, Becquelin (2000, p. 87, tradução nossa) relembra a fala do governador da província, Abdulahat Abdurixit¹⁶, em março de 1999: “Desde o início da década de 1990, se você contar as explosões, assassinatos e outras atividades terroristas, chega a alguns milhares de incidentes”.¹⁷

De acordo com o cientista político Samuel Huntington, os conflitos no Sistema Internacional ocorrem justamente por divergências culturais entre os povos, como a diferença entre religiões, uma vez que toda a conjuntura é regida pela cultura (HUNTINGTON, 1996). Os aspectos culturais, que envolvem questões como religião, valores, costumes, idioma e que evoluem para estágios literários e educacionais ao longo do tempo (ZHOU, 2016, p. 123), organizam um processo inicial de aproximação de povos que é capaz de construir possibilidades para integração e cooperação, estabelecendo relações mais confiáveis entre os membros dessa sociedade. (HUNTINGTON, 1996)

¹⁴ No original: “*It lies so far west of Beijing that it is effectively two hours behind the Chinese capital: Xinjiang operates on Beijing time, in particular for long distance air and rail transport and communications with Beijing and government offices, but also on local time for informal use.*” (DILLON, 2016, p. 60)

¹⁵ Ambas as tentativas de independência serão apresentadas adiante. Foram frustradas não por não lograrem, mas por não conseguirem continuar independentes por muito tempo.

¹⁶ CHINA DAILY. **Abdulahat Abdurixit**. Disponível em: https://cpcchina.chinadaily.com.cn/2010-09/10/content_13986911.htm. Acesso em: 30 maio 2021

¹⁷ No original: “*Since the start of the 1990s, if you count explosions, assassinations and other terrorists activities, it comes to a few thousand incidentes.*” (BECQUELIN, 2000, p. 87)

Apesar de considerar os Estados os atores mais relevantes no Sistema Internacional, o autor atenta para o fato de que os conflitos mais notórios seriam travados por indivíduos de diferentes identidades culturais, cenário que sempre se manifestou em Xinjiang no decorrer da história. Sendo assim, através da aproximação que a religião promove, por exemplo, a população se identificaria cultural e socialmente com a nação a qual pertencem (HUNTINGTON, 1996) e, por conseguinte, esse processo sucederia em uma civilização e em um princípio de organização. Portanto, seguindo essa lógica, os Estados (civilizações) considerados mais fortes e duradouros no Sistema Internacional são aqueles que conseguem explorar melhor seus aspectos internos em comum, ancorados nos prismas culturais. (HUNTINGTON, 1996, p. 408)

Quando são observados os levantes e enfrentamentos contínuos em Xinjiang seguindo a ótica de Huntington em escala reduzida, relacionando governo han e população uigur, é possível perceber um conflito étnico entre muçulmanos e budistas, taoístas e confucionistas¹⁸ por um território. É possível diagnosticar então que movimentos separatistas continuarão existindo por parte dos uigures muçulmanos em Xinjiang contra a jurisdição exercida pelo Partido Comunista Chinês que são forçados a se submeterem, justamente por não se identificarem com a estrutura institucional da nação han. Esses movimentos acontecem porque, de acordo com Huntington (1996, p. 265), a interação entre religiões em um mesmo território, além de causar uma nova percepção nos grupos religiosos sobre sua própria identidade, “também exacerbam as diferenças em relação aos direitos dos membros de uma civilização num país dominado por membros de outra civilização”.

As principais exigências do povo uigur em relação à União, por exemplo, estão respaldadas em um anseio de utilizar efetivamente de seus frutos territoriais com maior autonomia como direito baseado no princípio de autodeterminação dos povos (ZHOU, 2016, p. 118). É interessante destacar que a luta por parte dos uigures pelo seu espaço geográfico significa também a defesa da manutenção, sobrevivência e representatividade de sua cultura naquela região. A China em constante processo de organização territorial e desenvolvimento social adotou discursos e medidas que enfatizaram seu caráter multicultural diversificado enquanto sistematizava,

¹⁸ Por conta de sua formação enquanto Estado, pelo seu tamanho e por sua diversidade cultural, a maioria han chinesa não apresenta unanimidade relacionada à religião, isto é, não há uma religião oficial do país. (ZHOU, 2016, p. 123-124)

classificava e segmentava sua sociedade, como por exemplo quando o governo utilizou da alcunha de “Região Autônoma” para porções de sua unidade nacional que considera como locais onde a estrutura organizacional do território não seja semelhante ao han, como províncias nas quais há a prática e cultura islâmica (ZHOU, 2016, p. 120-121), como em Xinjiang e no Tibete. Como explica Zhou (2016, p. 120, tradução nossa), “(...) não reconhecer comunidades minoritárias suficientes quebraria as promessas anteriores do PCC¹⁹ a várias comunidades minoritárias em suas duas primeiras décadas de luta pelo poder e abalaria os alicerces da nova RPC²⁰”.²¹

Compreendido o complexo cenário que assola o território chinês, é possível assimilar da mesma maneira a tamanha dificuldade para o governo central em associar suas inúmeras etnias, que se traduzem em diferentes culturas, em um único sistema, isto é, em uma concepção de identidade nacional (ZHOU, 2016, p. 130). É importante ressaltar as tentativas do executivo chinês em introduzir e acomodar o multiculturalismo na educação chinesa em meio a tantos distúrbios causados por essas diversidades. Esse lento processo consistiu em reformas no sistema educacional público do país, além de redefinir termos relacionados à cidadania chinesa, iniciado por volta de 1949 quando a China ainda adotava o sistema soviético de integração e foi se adaptando às mudanças na conjuntura nacional e internacional. (ZHOU, 2016, p. 134)

Todavia, na prática, as novas medidas impostas não surtiram o efeito esperado por não difundirem a cultura das minorias étnicas proporcionalmente aos aspectos culturais dos han, ou seja, não houve um sentimento de inclusão (ZHOU, 2016, p. 136), muito menos de identificação, por parte desses grupos. O executivo chinês realmente realizou investimentos em políticas educacionais para minorias étnicas nas quais os estudantes conseguiriam se ajustar ao currículo padronizado do país, visando diminuir as assimetrias entre os níveis educacionais dos diferentes grupos (ZHOU, 2016, p. 134). Apesar disso, as políticas desenvolvidas foram introduzidas em um sistema intrinsecamente desigual, no qual o ambiente era dominado pela etnia majoritária. Assim, os segmentos que compõem as escolas, como salas de aula, dormitórios e cantinas, eram igualmente segregados (LEIBOLD, 2016, p. 180). Essa

¹⁹ PCC é a sigla para Partido Comunista Chinês

²⁰ RPC é a sigla para República Popular da China.

²¹ No original: “[...] not to recognize enough minority communities would break the CCP's earlier promises to various minority communities in its first two decades of struggle for power and would shake the foundation of the new PRC.” (ZHOU, 2016, p. 120)

consciência adquirida pelos povos minoritários de que suas exigências não eram respeitadas pelos han é exemplificada por Zhou (2016, p. 136, tradução nossa):

Por exemplo, estudiosos de minorias apontam que na China, o departamento de língua e literatura chinês é igual ao departamento de língua e literatura han, literatura chinesa significa literatura han e história chinesa é a história han, e eles não parecem nos querer.²²

Sendo assim, é de extrema importância a compreensão de que os conflitos são ocasionados por pormenores políticos e econômicos, ambos vinculados à geografia, isto é, aos diferentes aspectos que abrangem o território, demonstrando a pertinência de seu entendimento, pois englobam os interesses de diferentes camadas da sociedade, de parcelas da população que em nada se assemelham. Uma vez que movimentos separatistas existem, parte-se do pressuposto de que há disputas por espaços delimitados, condicionadas por motivos distintos que legitimam as particularidades do território, cuja importância foi entendida de diferentes maneiras por diversos povos, civilizações e sociedades em diferentes períodos da história, os quais atribuíram variados significados para as regiões que pertenciam ou conquistavam. Para melhor discernimento sobre as características territoriais de Xinjiang, é essencial retomar as lutas dos uigures pela independência da região que ilustram o conceito de território e trabalham suas características físicas e simbólicas.

2.2 TURQUESTÃO ORIENTAL E OS SIMBOLISMOS TERRITORIAIS

O que acontece em Xinjiang atualmente não é novidade e não decorre de um passado recente. Os episódios que se passam na região sugerem que a província como território já foi entendida de diferentes maneiras ao longo do tempo pelos grupos que a dominavam e controlavam. Como relembra Becquelin (2000, p. 67, tradução nossa), “O império chinês expandiu e contraiu sucessivamente seu controle sobre o território. Quando governantes imperiais foram capazes, eles estabeleceram uma zona tampão em Xinjiang, a fim de impedir invasões vindas do interior da Ásia.”²³, comentário que explicita que a região foi utilizada antigamente pelas forças imperiais

²² Relatos de estudiosos uigures e tibetanos datados em março de 2010. No original: “For example, minority scholars point out that in China Chinese language and literature department equals Han language and literature department, Chinese literature means Han literature, and Chinese history is Han history, and they do not seem to want us.” (ZHOU, 2016, p. 136)

²³ No original: “The Chinese empire successively expanded and contracted in its control of the territory. When imperial rulers had the capacity, they set up a buffer zone in Xinjiang in order to preclude invasions of China from inner Asia.” (BECQUELIN, 2000, p. 67)

como instrumento de exercício de poder seguindo a conjuntura e cosmovisões dos comandantes da época, refletindo as funções que atribuíram para o local. (ROSENDAHL, 2005, p. 12934)

Dessa forma, com o aperfeiçoamento e capacidade das lideranças governamentais em utilizarem os benefícios da região visando seus próprios interesses, o território passa a ter maior valor e expressão nacionalmente, uma noção que é compartilhada entre o grupo han, por exemplo, que realizou as operações e mudanças dentro dessa região (ZHOU, 2016, p. 112). Essa perspectiva, no entanto, é extremamente diferente do ponto de vista dos uigures acerca de seu lugar geográfico²⁴, ou seja, são atribuídos significados distintos para Xinjiang de acordo com a interação da população local perante a região, cenário que reforça a importância da compreensão sobre as territorialidades, as particularidades do território. (HAESBAERT, 2005, p. 6774)

O conceito de território, quando observado como um objeto concreto e visível, consiste em fragmentos de espaços geográficos que são delimitados por fronteiras físicas ou simbólicas impostas pelo ser humano ou de forma natural com o passar dos anos. Segundo Zeny Rosendahl²⁵ (2005, p. 12933), o espaço “resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição”. O geógrafo Rogério Haesbaert (2005, p. 6774) nos atenta à reflexão sobre a questão dos territórios e suas territorialidades, que consistem em seus aspectos não somente materializados como abstratos, ou seja, das diferentes funções e significados as quais os territórios são submetidos. Esse processo permite identificar quem domina ou influencia as ações que ocorrem dentro desse espaço, isto é, entender as relações sociais e de poder, interpretando quem organiza e exerce a soberania sobre o território para assegurar seus interesses intrínsecos. Segundo o geógrafo:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre²⁶ distingue apropriação de dominação (“posse”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais

²⁴ Na geografia, o conceito de lugar pode ser visto como aquilo que envolve identificação com a terra, constituído de sentimentos e simbolismos. (HAESBAERT, 2005, p. 6790)

²⁵ Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura da UERJ.

²⁶ Filósofo e sociólogo francês.

concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2005, p. 6774-6775)

A partir da análise de Haesbaert (2005), é possível perceber o fenômeno das disputas travadas pelo povo uigur por Xinjiang, uma vez que sua forma de resistência pretendeu buscar a aceitação e legitimidade de sua terra e sua cultura, defendendo o seu poder de posse sobre o espaço geográfico, mesmo que simbolicamente. O sentido que a população concede às políticas realizadas pelo Estado é o que define a relação de dominação entre quem comanda e quem é comandado e, desse modo, a legitimidade do governo ou da instituição que impõe o comando começam a ser questionados (LEIBOLD, 2016, p. 167). Assim, os uigures conduziram fervorosos movimentos étnicos e nacionalistas contra o domínio han que culminaram no estabelecimento de dois regimes de oposição de curta duração, mas igualmente influentes em Xinjiang. (DILLON, 2016, p. 66)

O primeiro deles foi a República Islâmica do Turquestão Oriental, estabelecido em Kashgar, extremo oeste da China, entre 1933 e 1934, que perdurou por poucos meses. Já o segundo regime foi mais longínquo, estendendo-se entre os anos de 1944 até 1949 no extremo norte da província, denominado República do Turquestão Oriental, que segundo Dillon (2016, p. 66, tradução nossa), além de mais duradoura, “(...) também foi mais multiétnica e nacionalista secular e menos islâmica.”²⁷, principalmente por conta da aproximação entre os uigures com os habitantes dos países muçulmanos da Ásia Central. Ademais, por séculos os uigures ao norte entraram em contato com outros povos, principalmente cazaques e mongóis (DILLON, 2016, p. 61) tanto que Xinjiang abriga atualmente milhares de habitantes dos Estados vizinhos, como cazaques, uzbeques, quirguizes e entre outros que influenciam suas particularidades culturais e reforçam a ideia do multiculturalismo no norte da província (BECQUELIN, 2000, p. 66). O impacto dessas tentativas de criação de um Estado independente em Xinjiang é explicitado por Dillon (2016, p. 66, tradução nossa):

Embora nenhum desses regimes terem controlado Xinjiang como um todo, suas influências subsequentes têm sido vastamente desproporcionais ao seu poder na época e ainda inspiram ativistas uigures no século XX, os quais

²⁷ No original: “[...] it was also more multi-ethnic and secular nationalist and less Islamic.” (DILLON, 2016, p. 66)

consideram esses regimes como modelos para um Turquestão Oriental independente que eles esperam que um dia se torne realidade.²⁸

O desejo da população local em se desvencilhar da estrutura organizada pelos han reside em uma constante atribuição de significados e simbolismos à Xinjiang. Por exemplo, ativistas uigures rejeitam o nome da província, que significa literalmente “Nova Fronteira” em mandarim por causa de suas conotações de colonização imperial chinesa, preferindo se dirigir à região como Turquestão Oriental, que na época se tornou uma espécie de Estado satélite da extinta União Soviética, a qual posteriormente facilitou a devolução do território para a China (DILLON, 2016, p. 61-62). Sobre a segunda tentativa de autonomia, Dillon (2016, p. 66, tradução nossa) argumenta que “fontes chinesas invariavelmente se referem a ela como a Revolução dos Três Distritos²⁹, preferindo evitar qualquer referência ao Turquestão Oriental, pois teme-se que mesmo a menção do nome pode excitar o sentimento separatista”³⁰, reforçando o caráter psíquico do território.

Além disso, os habitantes locais fazem questão de indicar que utilizam o horário local, não atrelado à Pequim, principalmente em comércios e compromissos pessoais, buscando reforçar toda a distância geográfica e cultural entre Xinjiang e o resto do país (DILLON, 2016, p. 61). A arquitetura das cidades e mesmo as vilas mais afastadas em Xinjiang são dominadas por mesquitas e mezares³¹, cada local com suas pequenas diferenças, graças ao excepcional tamanho da província. Para Dillon (2016, p.68, tradução nossa), “A rede de mesquitas em Xinjiang fornece a estrutura para o complexo sistema de adoração, educação e lei que dominou a região antes de ficar sob o controle do Partido Comunista Chinês em 1949.”³², o que reforça o sentimento de apropriação do território pelos uigures. Rosendahl (2005, p. 12934) estabelece um paralelo entre território e a religião:

²⁸ No original: “*Although neither of these regimes controlled the whole of Xinjiang, their subsequent influence has been vastly out of proportion to their power at the time and still inspires Uyghur activists in the twentieth century, who regard them as models for an independent Eastern Turkestan that they hope will one day become a reality.*” (DILLON, loc. cit.)

²⁹ A segunda proclamação da República em 1944 ocorreu em três distritos: Ili, Tarbagahtai e Altai. Id.

³⁰ No original: “*Chinese sources invariably refer to it as the Three Districts Revolution (sanqu geming), preferring to avoid any reference to Eastern Turkestan as it is feared that even the mention of the name might excite separatist sentiment.*” Id.

³¹ Túmulo em turco. São utilizados com o sentido de santuários para os sepulcros dos seus “*sheiks*” fundadores. Ibid., p.68

³² No original: “*The network of mosques across Xinjiang provides the framework for the complex system of worship, education and law that dominated the region before it came under the control of the Chinese Communist Party in 1949.*” Id.

Territorialidade religiosa, por sua vez, significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo. A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território. De fato, é pelo território que se encarna a relação simbólica que existe entre cultura e espaço.

O sentimento de apropriação pelos uigures de Xinjiang enquanto território ocorre de modos diferentes dentro das próprias zonas da província. Como acrescenta Dillon (2016, p. 64, tradução nossa), “O separatismo político e a defesa da cultura muçulmana local reforçam-se mutuamente, particularmente na região em torno de Kashgar e Khotan”³³, cidades nas quais o tradicionalismo islâmico é muito mais preponderante do que no restante da província. É interessante analisar que a maneira como Xinjiang foi se desenvolvendo acabou camuflando distinções dentro da própria região (BECQUELIN, 2000, p. 63) e, conforme sua relevância macroeconômica aumentava, a dicotomia entre norte e sul da província também se tornava cada vez mais evidente, não unicamente em seus aspectos financeiros, mas também culturais.

A região norte (*Beijing*) que abriga a capital provincial Urumqi foi o local onde ocorreu a maior parte da colonização desde 1949 e, atualmente, está mais integrada com a China han propriamente dita e desde o princípio teve um processo de formação mais multicultural do que a região sul (BECQUELIN, 2000, p. 68). *Beijing* contém as principais estradas e ligações ferroviárias com o restante da União, e desse modo, é a região que concentra a maioria da população han em Xinjiang, além da maior parte das fazendas estaduais e uma significativa parcela da capacidade industrial do país. Além disso, Becquelin (2000, p. 68, tradução nossa) apresenta outros fatores que justificam o maior desenvolvimento da região norte:

Um fator fundamental que promoveu o desenvolvimento de *Beijing* foi a proximidade da União Soviética, cujos especialistas deram uma grande contribuição para os estágios iniciais de industrialização da China até a divisão sino-soviética na década de 1960. A descoberta precoce de petróleo

³³ No original: “Political separatism and the defense of local Muslim culture reinforce each other, particularly in the region around Kashgar and Khotan.” (DILLON, 2016, p. 64)

em Karamay³⁴ também fez desse um ponto lógico para o desenvolvimento da indústria pesada.³⁵

Por outro lado, até meados de 1995 apenas uma estrada apropriada havia sido construída ligando *Beijiang* com a região sul, denominada *Nanjiang*, para estender sua influência através de Kashgar e as outras cidades oásis ao sul do deserto Taklamakan (BECQUELIN, 2000, p. 68). Essa parcela do espaço da província representa o lar da cultura uigur mais tradicional restante no século XXI, justamente pela distância de seu território em relação aos han e à *Beijiang* (DILLON, 2016, p. 63), não experimentado o processo de modernização de maneira tão volumosa dirigida pelo governo central e muito menos uma conexão maior com os países vizinhos, apesar disso não interferir na identificação dos uigures com a Ásia Central.

A região sul, coração de Xinjiang, continua predominantemente rural e subdesenvolvida, com agricultores locais cultivando principalmente as terras de oásis que surgem graças à bacia Tarim (DILLON, 2016, p. 61) e, dessa forma, os padrões de vida são muito menores do que no norte, além de vários distritos estarem consideravelmente abaixo do limiar de pobreza nacional (BECQUELIN, 2000, p. 68). Assim, *Nanjiang* difere completamente da região norte, porém a conexão e o sentimento de propriedade dos uigures com sua terra são exatamente os mesmos. Entretanto, as particularidades do lugar acabam sendo mais visíveis na região sul, na qual o território é exercido em todas suas territorialidades e, conseqüentemente, é o local onde há ocorrência da maioria dos conflitos entre o povo local e as forças do comando han central. O que faz de Xinjiang uma província inquieta e turbulenta como um todo, principalmente após sua anexação completa em 1949, reflete no poder subjetivo que a religião traz para a realidade, afetando toda a comunidade uigur. Como disserta Rosendahl (2005, p. 12932):

O exercício do poder religioso ocorre na vivência da fé. Cada comunidade religiosa se estabelece no mundo sagrado onde participa da memória histórica no tempo e no espaço. Dessa forma, a manutenção do lugar sagrado favorece a noção de que a comunidade partilha uma identidade comum, um sentimento de integração e de comunidade religiosa. Certamente, o território identitário religioso não é apenas ritual e simbólico: ele é também o local de

³⁴ Na língua uigur significa literalmente “óleo negro”, graças aos campos petrolíferos descobertos em 1955. (CORRÉA, 2015, p. 201)

³⁵ No original: “A major factor promoting the development of *Beijiang* was the proximity of the Soviet Union, whose experts made a large contribution to China's initial stages of industrialization until the Sino-Soviet split in the 1960s. The early discovery of oil at Karamay also made this a logical spot for the development of heavy industry.” (BECQUELIN, 2000, p. 68)

práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades.

Desse modo, é possível compreender as motivações tanto do lado dos uigures em não medirem esforços para protegerem o que consideram de sua posse, quanto o lado estatal, garantindo seu poder de domínio, necessitando controlar o território da melhor maneira possível para efetivar seus interesses internos. Como afirma Marshall (2016, p. 59), “Para a China, Xinjiang é importante demais do ponto de vista estratégico para se permitir que um movimento pela independência decole (...)”; o que realça a relevância da região e inicia a compreensão da geopolítica e das geoestratégias que o Partido Comunista Chinês buscará realizar para efetivamente consolidar a manutenção do território.

Conclui-se então que as relações internacionais são, de fato, dependentes das circunscrições dos Estados, os quais por sua vez precisam mostrar e utilizar de suas facetas externas e internas (STEINBERG, 2009, p. 471). A face externa de sua soberania, ou seja, suas medidas soberanas que ultrapassam seu território materializado, não é exercida apenas pelo reconhecimento do seu Estado ou de seu governo internacionalmente, mas principalmente quando seus interesses são evidenciados e defendidos no sistema internacional, tendo em vista o objetivo de sobrevivência do Estado enquanto instituição. É possível observar também que a União deve assegurar a faceta interna de sua soberania, ou seja, o poder soberano doméstico daqueles que governam o território para garantir sua legitimidade e organização de sua estrutura. (STEINBERG, 2009, p. 472)

O espaço geográfico é, portanto, a matéria-prima para o exercício da soberania, tanto em questões internas quanto externas. Esse processo, entretanto, envolve períodos de coerção e violência para impor suas capacidades de poder sobre o território, tanto de *Imperium*³⁶ quanto de *Dominium*³⁷, abrindo espaço para o entendimento dos acontecimentos que correspondem ao passado e ao presente e passam a ser relevantes para o futuro. Dessa maneira, observa-se a geopolítica e a geoestratégia que o executivo chinês executa agora e planeja a médio e longo prazos e como essas medidas interagem com Xinjiang e as etnias uigur e han.

³⁶ Poder relacionado ao território como um cenário para a consolidação da soberania estatal (MARTINEZ, 2013). Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/26268>. Acesso em: 9 jun. 2021.

³⁷ Poder que considera o território como objeto dominado exclusivamente pelo Estado. Id.

3 GEOPOLÍTICA, GEOESTRATÉGIA E SUAS DIFERENTES CONCEPÇÕES

A geografia pode ser entendida primeiramente como um espaço, o qual dispõe de delimitações materiais e imateriais, construídas pelo homem com o passar dos anos ou desenvolvida naturalmente, onde se passam e se desenvolvem as relações humanas. É a ciência que busca entender os seres humanos, como vivem e como usufruem desse ambiente, de que maneira suas relações sociais e de poder são desenroladas. Com Haesbaert (2005) foi aprofundado o conceito de território, que pode ser visto como a porção do espaço onde se exercem as relações humanas, sendo caracterizado por dispor tanto de uma conotação tanto material e física, ou seja, com fronteiras designadas e limites preestabelecidos que nos trazem a ideia de jurisdição, quanto simbólica, abstrata, envolvendo questões históricas e culturais, munido de diferentes funções e significados.

Já a geopolítica e a geoestratégia, por sua vez, utilizando a geografia como ferramenta comum para seu entendimento, assumiram diferentes definições e qualificações ao longo de suas fundações, principalmente por meio das escolas geográficas que começavam a oficializar e desenvolver seus estudos em universidades de pesquisa em países europeus como a Alemanha³⁸, em um primeiro momento com Karl Haushofer, seguido da França de Paul Vidal de La Blache e a Inglaterra de Halford Mackinder, no final do século XIX e início do século XX (CORREIA, 2012, p. 231-232). Sendo assim, a geografia passa a deixar de ser um tema de debate restrito para militares, mercadores e *polycymakers*³⁹, mesmo que abordada diferentemente entre os grupos, e começa a ser institucionalizada no meio acadêmico e científico (VESENTINI, 1988, p. 60), organizando a maneira geopolítica de se pensar o Estado. Como reforça o geopolítico Yves Lacoste:

Durante séculos, até o fim do XIX, antes de aparecer o discurso geográfico universitário, a geografia era unanimemente percebida como um saber explicitamente político, um conjunto de conhecimentos variados indispensável aos dirigentes do aparelho de Estado, não somente para decidir sobre a organização espacial deste, mas também para preparar e conduzir as operações militares e coloniais, conduzir a diplomacia e justificar suas ambições territoriais. (VESENTINI, 1988, p. 53)

³⁸ A Escola de Munique foi a primeira escola geopolítica a emergir na Europa no ano de 1922, fundada por Haushofer na mesma cidade influenciado pelos estudos de geografia política antecedentes iniciados pelo geólogo Friedrich Ratzel. (CORREIA, 2012, p. 231)

³⁹ Formuladores de política, como acadêmicos ou membros do executivo e legislativo que regem o ordenamento de um Estado não necessariamente democrático, além de poderem conduzir ou sugerir certos procedimentos em relação à política externa.

No entanto, antecedendo os estudos dessas matérias e até a morfologia da geopolítica e da geoestratégia, a primeira desenvolvida como conceito pelo parlamentar conservador sueco Rudolf Kjellén⁴⁰ por volta de 1916, a estrutura governamental durante o século XIX estava sendo organizada através do positivismo científico e regido pelas leis do mercado, pautadas nas lógicas do liberalismo que estava no ápice de seu desenvolvimento teórico e aplicado (VESENTINI, 1988, p. 73). Nesse contexto, os primeiros autores dos países europeus que pesquisaram sobre uma política geográfica, a geopolítica como ideia de extensão do Estado por todas as áreas do seu território delimitado, foram inspirados, conseqüentemente, pela cosmovisão⁴¹ do período e movimento histórico em que viveram.

Dessa forma, essas convicções europeias ocidentais trouxeram a percepção de que o conhecimento universitário apresentava como meta a construção de logicidades e mecanismos pelos quais o Estado poderia se apropriar para intervir em diferentes pilares da sociedade⁴², com influência dos novos geógrafos que começam a se importar com os fenômenos sociais e econômicos (VESENTINI, 1988, p. 53), não se limitando apenas à geografia humana⁴³. Entretanto, o pensamento durante os anos do Período entre Guerras no século XX também envolvia muitos questionamentos sobre não somente o papel do Estado, mas quais as suas preocupações e interesses no âmbito nacional e internacional. Nesse cenário, o próprio fundador da Escola de Munique, Karl Haushofer, que inicialmente se espelhou nas teorias de Kjellén⁴⁴ começa a se influenciar pela cosmovisão alemã da época, processo explicado por Correia (2012, p. 231-232):

Mas com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e o suporte que a ideologia imperialista nazi vai procurar na *geopolitik*, a Escola de Munique vai afastar-se do rigor científico inicial e tornar-se um verdadeiro centro inspirador do projeto belicista e expansionista do Terceiro Reich. Com a ascensão do

⁴⁰ “Kjellén analisava o Estado por analogia com o indivíduo enquanto ser vivo e, no processo em que a política, como ciência, procura entender o Estado, relacionava a política com cinco ciências vizinhas, a jurisprudência, a sociologia, a etnografia, a história e a geografia. Ao campo específico da relação da política com a geografia chamou geopolítica e, assim, nascia o neologismo.” (CORREIA, 2012, p. 230)

⁴¹ Maneira subjetiva pela qual cada indivíduo enxerga e compreende o mundo ao seu redor de acordo com a realidade em que está inserido. (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 189)

⁴² Intervenções em áreas como educação, saúde, religião e segurança pública, à exceção da economia.

⁴³ Campo da geografia que estuda a interação entre uma sociedade e o espaço onde vive. Difere-se da geografia física, que estuda as dinâmicas relacionadas aos fenômenos que acontecem na Terra.

⁴⁴ “Kjellén encontrou no termo geopolítica a solução para definir a relação geografia/Estado: «A geopolítica é o estudo do Estado enquanto organismo geográfico ou enquanto fenômeno no espaço, isto é, o Estado como terra, território, área, ou melhor dito, como país.»” (CORREIA, loc. cit.)

nazismo, com a II Guerra Mundial e com a derrota alemã, a geopolítica viria ser identificada com a responsabilidade que terá tido no desencadeamento da guerra e com os contornos mais tenebrosos e aberrantes que o hitlerismo assumiu.

Isto posto, os estudiosos acerca da geopolítica atentaram-se à conotação que a matéria estava tomando nesse contexto, buscando, dessa maneira, desvencilhar a ideia de geopolítica do caráter justificativo e discursivo utilizado para legitimar as futuras guerras e conflitos que seriam pautados pelo seu quadro teórico. O discurso nazifascista é baseado na ideia de um Estado forte, o qual intervém de forma direta no funcionamento do Estado geograficamente, dentro ou fora de suas fronteiras⁴⁵. O professor Pedro de Pezarat Correia (2012) ressalta a importância do sociólogo brasileiro Josué de Castro no combate à essa ideia determinista e desordeira da geopolítica, apesar de sua definição sobre o assunto não se distanciar muito da ideia original de Kjellén:

A geopolítica (...) nada tem a ver com a *geopolitik* germânica, pseudociência de Karl Haushofer, que não passava de uma nebulosa mistura de princípios contraditórios, concebida com a finalidade única de justificar as aspirações expansionistas do Terceiro Reich. (...) o que chamamos Geopolítica não é uma arte de ação política na luta entre os Estados (...) É apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenômenos políticos na sua realidade espacial (...). (CORREIA, 2012, p. 232)

Durante o século XX, outros teóricos, em sua grande maioria geógrafos, geólogos e militares ocidentais, surgiam com novas teses e pensamentos em diferentes etapas da linha cronológica, muito pautados pelos conflitos que estavam ocorrendo na época internacionalmente, aparentando que a concepção de geopolítica havia retornado à sua formulação original. Contudo, de acordo com Correia (2012, p. 237), “estas teorias não eram (...) teorias geopolíticas, explicativas do poder com base na análise dos fatores geográficos. Eram teorias comprometidas, em situação, justificativas de poderes expansionistas das grandes potências por via militar”, o que as caracterizariam, desse modo, como teorias do campo da geoestratégia⁴⁶.

⁴⁵ A doutrina de Haushofer, conforme Correia (2012, p. 233), “visava aplicar as teorias do espaço vital e da fronteira natural que pretendiam legitimar o crescimento dos Estados mais fortes à custa dos vizinhos mais fracos.” Além disso, o expoente da geopolítica alemã defendia uma ideia que ficou conhecida como pan-regiões, as quais consistiam na construção de esferas globais de influência por parte das potências da época, buscando sustentar suas respectivas hegemonias regionais. Cf. CORREIA, 2012, p. 234.

⁴⁶ As confusões entre as definições de geopolítica e geoestratégia serão abordadas adiante.

Com efeito do incremento e da atualização dos estudos acerca dessa temática, é possível perceber uma maior complexidade nas preocupações dos Estados e de seus formuladores de política, principalmente após o final da Segunda Guerra Mundial e a criação da ONU em 1945. A partir desse momento, a lógica e o conhecimento do funcionamento do governo e a administração e atuação do país, tanto em sua esfera doméstica dentro de suas fronteiras quanto em suas relações internacionais, foram aprimoradas e acabou tornando esse processo mais complexo. Em vista disso, surgem diversos novos fatores que exigiram uma maior atenção por parte dos *policymakers*, os quais passaram a se organizar para decidir que tipo de ação o Estado deve assumir, que incumbências priorizar e como atender as demandas provenientes tanto em seu alcance interno quanto exterior. Essa mudança de paradigma nas relações internacionais é reiterada por Henry Kissinger⁴⁷ (1975, tradução nossa):

A agenda tradicional dos assuntos internacionais - equilíbrio entre as grandes potências, a segurança das nações - não define mais nossos perigos ou nossas possibilidades... Agora estamos entrando em uma nova era. Antigos padrões internacionais estão desmoronando; slogans passados não são instrutivos; soluções antigas são ineficazes. O mundo se tornou interdependente economicamente, nas comunicações e nas aspirações humanas.⁴⁸

Nesse sentido do aumento da complexidade na maneira de comandar o Estado, o discurso não somente geopolítico, mas também relacionado aos temas de segurança internacional, começam a se especializar e sofrer uma inflexão em seu propósito inicial. Com o processo da modernização do Estado na metade do século XX, o avanço da industrialização e da tecnologia e a legitimação dos regimes políticos pela coletividade (acompanhada pela participação política e pelo direito ao voto) (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 768), a discussão acerca das atividades estratégicas da União também é desenvolvida e ressalta a ideia de modernização das instituições e da gestão das questões públicas. Além do nível da população e da comunidade política,

⁴⁷ Importante componente da escola realista das Relações Internacionais, Kissinger foi extremamente atuante no pensamento da política externa norte-americana contemporânea. (CORREIA, 2012, p. 240)

⁴⁸ No original: "*The traditional agenda of international affairs - balance among major powers, the security of nations - no longer define our perils or our possibilities... Now we are entering a new era. Old international patterns are crumbling; old slogans are uninstrutive; old solutions are unavailing. The world has become interdependent in economics, in communications, in humans' aspirations.*" (DALL'AGNOL, 2014, p. 3)

Existe Modernização política quanto ao desempenho do Governo e do sistema na sua globalidade, quando se verifica um aumento da capacidade das autoridades em dirigir os negócios públicos, em controlar as tensões sociais e em enfrentar as exigências dos membros do sistema. Quanto à organização da esfera política há Modernização, quando se verifica uma maior diferenciação estrutural, uma maior especificidade funcional e uma maior integração de todas as instituições e organizações que fazem parte da esfera política. (PYE E VERBA, 1965, p. 13 apud BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 768)

Com efeito da expansão das responsabilidades das instituições e de uma especialização dos mecanismos estatais, também houve uma tomada para a esfera militar dessas novas preocupações complexas do Estado devido ao seu novo caráter de cunho estratégico. Sendo assim, as diversas áreas dos aparelhos do Estado espalhados pelo mundo passaram a ter um caráter mais estratégico (portanto, militar)⁴⁹, o que propagou uma confusão entre os conceitos envolvendo a geopolítica e a geoestratégia, a última com uma conotação mais ligada à coação e força (CORREIA, 2012, p. 239). Analisando o contexto da bipolaridade da Guerra Fria e o simbolismo das duas potências adversárias, Correia (2012, p. 238), acerca da geoestratégia, afirma que:

Com o seu renascimento o conceito de geoestratégia conheceu uma atualização da sua formulação, até pela influência das definições de geopolítica que, entretanto, se tinham consolidado, mas manteve-se fiel ao sentido original do seu fundador, ainda que praticamente esquecido: o da associação do fator geográfico (o terreno) a uma finalidade estratégica (emprego de forças organizadas). A sua definição oficiosa no IAEM⁵⁰ reflete esse sentido: Estudo das constantes e variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego, de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica.

Ao mesmo tempo, quando a gestão pública é modernizada, é provocado um processo de mudança no paradigma das ações dos Estados quando os conflitos deixam de ser o caminho mais óbvio e rentável em termos econômicos e comerciais para a manutenção dos interesses estatais no sistema internacional. Dessa maneira, é possível perceber o crescimento das funções dos atores não-estatais na definição

⁴⁹ A geoestratégia como conceito aparece em relatos de um general italiano de nome Giacomo Durando na metade do século XIX, segundo Correia (2012, p. 238): “A situação ou posição geográfica determina de forma inalterável o caráter geoestratégico de um país (...) Servi-me de uma palavra que penso não ter sido empregue até hoje, a de geoestratégia, cada vez que tinha de considerar o terreno em abstrato e fora do emprego de forças organizadas, mas naturalmente sempre em relação com elas.”

⁵⁰ Instituto de Altos Estudos Militares, de Portugal. Ibid., p. 231.

de políticas públicas de caráter estatal, como empresas transnacionais, organizações internacionais, ONG's, blocos econômicos e processos de integração e cooperação que começam a intervir na atuação dos Estados, o que justifica a especialização de suas instituições que desenvolvem, conseqüentemente, particularidades estratégicas.

Alguns aspectos contribuíram para o desalinhamento do entendimento sobre as duas correntes, geopolítica e geoestratégia, como o avanço da interdependência econômica e a especialização da ONU e seus diversos braços como a OMC⁵¹, que fez com que os países encontrassem maneiras antagônicas ao conflito, recorrendo ao advento da diplomacia, às concessões e negociações para ter acesso à mercados, matérias-primas e alianças econômicas (STUENKEL, 2018, p. 32). Além disso, alguns outros exemplos que se manifestam no sistema internacional, como as mudanças técnicas correspondentes ao avanço do meio técnico-científico-informacional⁵², à internet e às diversas agências de mídia de massa, passam a elaborar novas sugestões de ações políticas ao Estado.

O artigo do professor Pedro Pezarat Correia (2012) apresenta, dessa maneira, como a geopolítica passou a ser confundida pela ideia militar da geoestratégia, fazendo com que tudo a respeito do âmbito geopolítico tivesse referência à guerra. Assim, todos os assuntos que estejam relacionados com as relações internacionais começaram a fazer parte de seu arcabouço teórico. Correia (2012, p. 239) explica que a confusão foi proclamada quando a polemologia (estudo da guerra) foi dita como matéria da esfera geopolítica: “o seu emprego no campo (...) dos conflitos internos ou internacionais, das crises, ameaças ou confrontos violentos entre grupos identitários no interior dos Estados, entre Estados (...) quando os atores recorrem a meios de coação violenta”, estudo que comportaria ao domínio geoestratégico. Assim, é aberto espaço para a consolidação da confusão sobre o caráter estratégico, surgindo

⁵¹ “Não há dúvida global que a ordem global produziu benefícios notáveis para a humanidade. A conquista da China de tirar mais seres humanos da pobreza do que em qualquer outro momento da história não teria sido possível sem um contexto global em que Estados relativamente subdesenvolvidos pudessem tirar vantagem de um mercado aberto.” (HALE et al., 2013, p. 31 apud STUENKEL, 2018, p. 32)

⁵² Conceito desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos nos anos finais do século XX, quando a ideia de globalização começa a aparecer nas universidades brasileiras. Segundo ele: “O meio técnico-científico-informacional (...) é caracterizado pela aplicação da ciência à técnica, por isto meio técnico científico; mas este meio, estas técnicas são impregnadas de informação e transmitem, acumulam informação, por isto meio técnico científico-informacional. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização.” (MAIA, 2012, p. 33)

diferentes interpretações como Yves Lacoste⁵³, que escreve em 1976 um livro de nome “A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, na qual a guerra deveria ser utilizada como conceito estratégico para melhor prever e controlar sua população reforçando sua autoridade e ajudando até a garantir sua legitimidade. De acordo com o professor:

Uma coisa, porém, é a pureza dos conceitos e outra a utilização que deles é feita. Nos tempos mais recentes, nomeadamente com o fim do sistema bipolar e a entrada na era da globalização, um pouco à semelhança do que já antes se passara com o termo estratégia, o vocábulo geopolítica entrou na moda e começou a ser utilizado a propósito e a despropósito, para qualificar tudo e mais alguma coisa que tenha um mínimo de incidência geográfica. Consequentemente descaracterizou-se, perdeu identidade própria. (CORREIA, 2012, p. 239)

Compreende-se, então, que é necessário realizar um esforço para diferenciar os dois conceitos, que apesar de semelhantes morfológicamente, diferem em sua essência. Sendo assim, esse capítulo procurou enunciar e esclarecer a diferença entre as concepções da geopolítica e da geoestratégia, seus aprimoramentos e características e seus respectivos impactos nas relações internacionais dos Estados. Tendo claros os conceitos, é possível observar todos os aspectos geopolíticos e geoestratégicos que o Partido Comunista Chinês exerce ativamente na província de Xinjiang e que tomadas de decisão características tornam-se notáveis, ajudando no entendimento sobre a importância da região para a China enquanto Estado e ator primordial no sistema internacional.

3.1 GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA HAN EM XINJIANG

A presente monografia buscou apresentar, até agora, todos os diferentes aspectos, características e concepções que englobam a geografia e suas importantes ramificações que ajudam a entendê-la como ciência, como o território e suas territorialidades, simbolismos e identidades, além das diversas teorias que compreendem as esferas da geopolítica e geoestratégia que enriquecem o conteúdo

⁵³ A geografia, agora como ciência de atribuição do Estado, para Lacoste, é um instrumento estratégico desenvolvido para promover a guerra: “Colocar como ponto de partida que a geografia serve, primeiro, para fazer a guerra não implica afirmar que ela só serve para conduzir operações militares; ela serve também para organizar territórios, são somente como previsão das batalhas que é preciso mover contra este ou aquele adversário, mas também para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade. A geografia é, de início, um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares e são tais práticas que exigem o conjunto articulado de informações extremamente variadas (...)”. (VESENTINI, 1988, p. 9)

geográfico como matéria e, a partir disso, possibilitam a continuação da análise agora centralizada na China, mais precisamente na província de Xinjiang, palco extremamente relevante para as Relações Internacionais para serem observadas todas as questões abordadas até o momento na prática.

Foi apresentado com Steinberg (2009, p. 471) que as relações internacionais são totalmente dependentes das circunscrições dos Estados⁵⁴, que por sua vez, precisam mostrar e utilizar de sua face externa, isto é, sua soberania exterior às suas fronteiras. É igualmente importante, entretanto, assegurar a face interna da soberania estatal, o poder soberano interno daqueles que governam o Estado, visando legitimidade populacional para implementar o plano de governo do país em sua totalidade, aspirando defender seus interesses através de um gerenciamento estratégico do aparelho estatal.

Dessa maneira, o Partido Comunista Chinês busca, a partir desse entendimento, salvaguardar seus interesses nacional e internacionalmente, tendo em vista os objetivos ambiciosos de projeção da nação chinesa enquanto segunda maior potência econômica do mundo e ator fundamental das Relações Internacionais. A manutenção e controle sobre a província uigur de Xinjiang é crucial para as ambições de Xi Jinping e da administração han chinesa para o futuro do gigante asiático e o seu projeto de construção de um país hegemônico economicamente, superando os norte-americanos. Marshall (2016, p. 59-60) relembra a significância da província:

Para a China, Xinjiang é importante demais do ponto de vista estratégico para se permitir que um movimento pela independência decole: a província não só faz parte fronteira com oito países, servindo de para-choque para a área central, como também tem petróleo e abriga os locais de teste de armas nucleares da China. (...) A China não cederá esse território e, como no Tibete, a janela para a independência está se fechando. Ambos são zonas de proteção (...) e representam mercados (embora com renda limitada) para uma economia que deve continuar produzindo e vendendo bens se quiser crescer e evitar o desemprego em massa. O fracasso em fazer isso conduziria provavelmente à desordem civil generalizada, ameaçando o controle do Partido Comunista e a unidade da China.

Para consolidar sua soberania interna, entretanto, é imprescindível uma gestão eficiente de sua população, já que quando analisamos a ideia de estratégia (e que se ressalte a ausência do prefixo “geo”) inserida no contexto do poder público, Foucault busca entender os Estados como uma ciência e ressalta que entender sua população

⁵⁴ Cf. página 24 dessa monografia.

(não apenas como meros números que aparecem após a realização de um censo demográfico), além de seus recursos disponíveis no seu território, ajudam a entender o funcionamento do seu aparelho político, refletindo em como o Estado reage de acordo com as decisões instauradas em âmbito internacional, mas também em como passará a agir e que decisões tomará em sua esfera doméstica. (SOUZA e FRANÇA, 2008, p. 190-191)

Sendo assim o governo, geopoliticamente, precisa conhecer o Estado e sua população, além dos seus recursos naturais, como uma lógica para garantir uma melhor administração e organização do seu território e para obter a legitimidade de seu governo como detentor da soberania (MATOS, 2012, p. 472). A partir disso, é importante analisar a população em consequência da participação política que dispõe e, desse modo, é estabelecida uma relação de dependência entre o Estado e sua população enquanto habitantes na maneira como se organizam e de que forma estruturam as cidades, uma vez que é dever do Estado gerenciar sua sociedade civil (FOUCAULT, 2008, p. 472-473). Observando os mais variados fenômenos em Xinjiang, sua crescente relevância econômica e geográfica, assim como suas questões territoriais e sociais locais e a cisão entre han e uígures, os mecanismos adotados pelo Partido Comunista Chinês e seu modelo político autoritário mostram como o governo entende sua população como recurso estratégico para os assuntos de Xinjiang. Sobre a questão da legitimidade do poder soberano do Estado, Marshall (2016, p. 60) discorre que:

Há razões semelhantes para a resistência do Partido à democracia e aos direitos individuais. Se fosse dado à população o direito de votar livremente, a unidade dos han poderia começar a rachar, ou, mais provavelmente, a zona rural e as áreas urbanas entrariam em conflito. Isso, por sua vez, incentivaria o povo das zonas de proteção, enfraquecendo mais a China. (...) para Pequim, unidade e progresso econômico são prioridades que estão muito à frente dos princípios democráticos.

O próprio autor, entretanto, reconhece que a cosmovisão oriental proveniente da civilização chinesa que reflete no Estado chinês moderno contemporâneo é completamente distinta do conceito ocidental de democracia, valores e direitos humanos (MARSHALL, 2016, p. 61). Pequim não pretende difundir seu sistema político e econômico, além de não ter interesse em se espelhar em uma maneira de enxergar o Estado que seja proveniente de uma ideologia ocidental. Para muitos estudiosos, em cosmovisões que centralizam o ocidente nas relações

internacionais⁵⁵, a possibilidade de Pequim ser capaz de assegurar seus assuntos internos de maneira autoritária diz muito a respeito de seu modelo político. No entanto, como afirma Daniel Bell, explicado por Stuenkel (2018, p. 80):

“O modelo político da China... não é simplesmente democracia na parte baixa da pirâmide e meritocracia no topo: ele também é baseado em experimentação extensiva e sistemática entre os níveis mais baixos e mais altos de governo”⁵⁶. Ele argumenta que há uma compreensão muito mais sofisticada da democracia multipartidária na China do que da meritocracia ao estilo chinês no Ocidente, implicando que a maioria dos analistas ocidentais que projetam o declínio da China são desinformados e ocidentocêntricos.

Com efeito, o *modus operandi* da administração chinesa permite organizar sua população da melhor maneira que convém ao Partido, não somente os uigures como também a maioria han, a qual legitima a governabilidade de Xi Jinping. Ao mesmo tempo, visando lidar com a população minoritária uigur por conta de episódios marcantes de distúrbios que surgiram nas principais localidades de Xinjiang, principalmente no ano de 2009 quando a capital Urumqi foi tomada por protestos que culminaram em muita violência e centenas de mortes, o governo chinês efetivou a construção de milhares de edificações e acampamentos gigantescos e fortemente vigiados, investimentos de alto calibre visando a segurança da província. (HAYES, 2019, p. 12)

Os centros foram construídos com o objetivo de deter uigures, em maior parte, além de cazaques e outras minorias étnicas que são atribuídos como autores de ataques terroristas ou considerados uma ameaça para a segurança da União⁵⁷. Dessa maneira, a China está sendo acusada por outros Estados soberanos, veículos de mídia e ONG's de reprimir e prender de maneira arbitrária aproximadamente um milhão de habitantes uigures⁵⁸ em diversos campos de detenção gigantescos espalhados por toda Xinjiang (WEN e AUYEZOV, 2018), mecanismos de coação que são de caráter, portanto, geoestratégicos.

⁵⁵ Chamada pelo professor Oliver Stuenkel de “ocidentocêntricas”. (STUENKEL, 2018, p. 37-38)

⁵⁶ BELL, Daniel A. *The China Model: Political Meritocracy and the Limits of Democracy*. Pequim: Princeton University Press, 2015, p. 9

⁵⁷ Segundo Marshall (2016, p. 60): “Pequim também pinta os separatistas como terroristas islâmicos.”

⁵⁸ Uma reportagem investigativa especial da Reuters sobre o aprisionamento de uigures em Xinjiang tem como subtítulo: “A China é acusada de reprimir centenas de milhares de muçulmanos em campos de detenção que estão se erguendo nas areias do deserto em Xinjiang. Uma análise forense de imagens de satélite de 39 dessas instalações mostra que elas estão se expandindo em um ritmo acelerado.” (WEN e AUYEZOV, 2018, tradução nossa)

Os enormes complexos ficaram conhecidos por todo o mundo após pesquisas investigativas de jornalistas, ativistas e grupos na internet independentes utilizando imagens de satélite por anos observando o crescimento dessas construções erguidas do zero, tornando públicos os centros de reeducação ou desextremificação⁵⁹ após a implementação das chamadas políticas de desextremificação do governo han. Os formuladores de política chineses, em um primeiro momento, defenderam o país das alegações de encarceramento forçado negando a existência das construções (ZENZ, 2018, p. 1), porém as constantes pressões jornalísticas apresentando as imagens incontestáveis que mostravam diferentes elementos relacionados à segurança, como muros altos de perímetro, torres de vigilância e guaritas, forçaram uma resposta mais clara por parte do governo: “As instalações (...) são centros de treinamento vocacional que enfatizam a “reabilitação e redenção” e fazem parte de seus esforços para combater o terrorismo e o extremismo religioso.”⁶⁰

Muitos uigures que saem dos complexos, homens e mulheres, relatam casos de abuso sexual e tortura, além de serem obrigados a memorizarem e repetirem o hino do Partido Comunista ou realizarem saudações ao líder Xi Jinping em mandarim. As novas políticas para os uigures também impediam os homens muçulmanos de utilizarem barba livremente e restringiam a prática da cultura islâmica (ZENZ, 2018, p. 4). Xinjiang hoje é completamente tomada por instrumentos de segurança, como câmeras de reconhecimento facial em locais públicos e postos de controle distribuídos pela cidade que exigem documentação dos habitantes, além de uma notória presença de policiais patrulhando as ruas. A reportagem apurou ainda que Chen Quanguo, ex-militar que havia liderado duras políticas de repressão no Tibete anteriormente, está encarregado desde 2016 do mais alto cargo do Partido em Xinjiang (WEN e AUYEZOV, 2018). A situação dos uigures pós-Chen é retratada por Zenz (2018, p. 2, tradução nossa):

Relatórios do governo e da mídia estatal mostram que os esforços de reeducação, especialmente entre a população uigur começou no final de 2013 e gradualmente se tornou mais institucionalizada. Mas na primavera de 2017, sob os auspícios do novo secretário do partido de Xinjiang, Chen Quanguo, a escala dessas internações atingiu níveis sem precedentes. Sob Chen, as regiões de maioria muçulmana estão recebendo cotas de detenção, resultando no internamento de grandes faixas de populações muçulmanas

⁵⁹ Traduzido literalmente de “*de-extremification centers*”. Id.

⁶⁰ No original: “*The facilities, it says, are vocational training centers that emphasize “rehabilitation and redemption” and are part of its efforts to combat terrorism and religious extremism.*” (WEN E AUYEZOV, loc. cit., tradução nossa)

sem um devido processo. Ao invés de representar punições criminais sancionadas por tribunais, documentos oficiais retratam reeducação em termos semelhantes a tratamento médico gratuito de um vício perigoso à ideologia religiosa. Os relatórios de reeducação costumam citar “taxas de sucesso de transformação” para demonstrar a eficácia do “tratamento”.⁶¹

Essa foi a maneira encontrada pelo Partido Comunista para controlar e organizar a população uigur em seu território delimitado e muitos investimentos foram realizados em Xinjiang para que isso fosse possível (ZENZ, 2018, p. 5-11). O trabalho do Estado nas fronteiras da província é igualmente rígido por conta da proximidade cultural e étnica dos vizinhos islâmicos da província que teriam capacidade de criar alianças em termos jihadistas com os separatistas uigures. A China se certifica, portanto, em controlar o tráfego de pessoas na região com o discurso de proteção da unidade chinesa contra o extremismo islâmico. Para isso, o governo adota táticas e discursos em âmbito internacional que buscam favorecer as alianças entre o Estado chinês e os países da Ásia Central, pois quando molda o comportamento de seus vizinhos para que não apoiem a causa separatista uigur, consegue garantir seus interesses nacionais com os artifícios da diplomacia. (BECQUELIN, 2000, p. 66)

Entretanto as potências globais, especialmente os Estados Unidos, diferentemente dos Estados fronteiriços da Ásia Central, tanto durante a administração republicana com a figura de Donald Trump quanto no governo Joe Biden do partido democrata que agora comanda o país, são extremamente duros com o Estado chinês em termos de política externa, principalmente no que tange às questões sociais (WONG e BUCKLEY, 2021), muito por conta do perfil norte-americano que se coloca como Estado difusor da democracia e da liberdade mundial. Devido à sua importância no sistema internacional, Pequim tem capacidade real de ser o único ponto em comum das políticas de governo do atual presidente norte-americano e o antigo mandatário do país, já que a China é percebida como uma verdadeira ameaça ao domínio econômico norte-americano. A China, por sua vez,

⁶¹ No original: “Government and state media reports show that re-education efforts, among especially the Uyghur population, began in late 2013 and gradually became more institutionalized. But in spring 2017, under the auspices of the XUAR’s new party secretary, Chen Quanguo, the scale of these internments reached unprecedented levels. Under Chen, Muslim majority regions are being assigned detention quotas, resulting in the internment of large swathes of Muslim populations without due process. Rather than representing court-sanctioned criminal punishments, official documents portray re-education in terms akin to free medical treatment of a dangerous addiction to religious ideology. Reeducation reports often cite ‘transformation success rates’ to demonstrate this the effectiveness of the ‘treatment’.” (ZENZ, 2018, p. 2)

condenou as interferências externas no que chamou de questões internas do país após ameaças de sanções pelo lado norte-americano.⁶²

Ainda no governo Trump, o senador republicano Marco Rubio, segundo Philip Wen e Olzhas Auyezov (2018, tradução nossa), havia classificado a situação dos uigures em Xinjiang como “o maior encarceramento em massa de uma população minoritária no mundo hoje”⁶³, enquanto o Secretário de Estado do governo democrata de Biden, Anthony Blinken, igualmente denunciou programa de detenção chinês e reiterando a postura do governo anterior que alegou duramente o Partido Comunista Chinês de praticar genocídio contra a população uigur (WONG e BUCKLEY, 2021). No início de 2019, o então Secretário de Estado Michael Pompeo emitiu a seguinte declaração (tradução nossa):

Após exame cuidadoso dos fatos disponíveis, determinei que pelo menos desde março de 2017, a República Popular da China (RPC), sob a direção e controle do Partido Comunista Chinês (PCC), cometeu crimes contra a humanidade contra os muçulmanos predominantemente uigures e outros membros de grupos étnicos e religiosos minoritários em Xinjiang. (...) Além disso, (...) concluí que a RPC, sob a direção e controle do PCC, cometeu genocídio contra os uigures predominantemente muçulmanos e outros grupos étnicos e religiosos minoritários em Xinjiang. Acredito que esse genocídio esteja em andamento e que estamos testemunhando a tentativa sistemática de destruir os uigures pelo partido-estado chinês.⁶⁴

Assim, a China vai exercendo ambas as faces de sua soberania, interna e externa, mesmo que de maneira questionável por outros Estados soberanos no âmbito internacional, seguindo a execução de seus planos de governo apesar das pressões e ameaças que sofre ao longo do processo. Ainda observando o país em seu contexto interno, é evidente que o rígido controle han sobre as minorias étnicas

⁶² MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Foreign Ministry Spokesperson Wang Wenbin's Regular Press Conference on June 3, 2021**. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/t1881170.shtml. Acesso em: 13 set. 2021.

⁶³ No original: “*the largest mass incarceration of a minority population in the world today.*” (WEN e AUYEZOV, 2018)

⁶⁴ No original: “*After careful examination of the available facts, I have determined that since at least March 2017, the People's Republic of China (PRC), under the direction and control of the Chinese Communist Party (CCP), has committed crimes against humanity against the predominantly Muslim Uyghurs and other members of ethnic and religious minority groups in Xinjiang. (...) In addition, (...) I have determined that the PRC, under the direction and control of the CCP, has committed genocide against the predominantly Muslim Uyghurs and other ethnic and religious minority groups in Xinjiang. I believe this genocide is ongoing, and that we are witnessing the systematic attempt to destroy Uyghurs by the Chinese party-state.*” US DEPARTMENT OF STATE. **Determination of the Secretary of State on Atrocities in Xinjiang**. Disponível em: <https://2017-2021.state.gov/determination-of-the-secretary-of-state-on-atrocities-in-xinjiang/index.html>. Acesso em: 13 set. 2021.

não se deve exclusivamente ao possível risco de realização de um movimento separatista na província ou por conta da ameaça terrorista, mas também pelas ambições que Xinjiang representam para o futuro do Estado chinês. No final do século XX, devido aos recursos naturais e energéticos estratégicos encontrados em Xinjiang, o Partido implementou um novo programa de desenvolvimento nacional que ficou conhecido como *Go West*, segundo Isabela Morais (2015, p. 251), professora do Instituto de Economia da UFRJ, “com o objetivo de reduzir a diferença de renda e de desenvolvimento econômico em geral em relação à costa.” A *Go West* é explicada mais detalhadamente:

O programa tem três eixos fundamentais: melhorar a infraestrutura necessária para o aumento da produtividade e a comunicação com outras regiões – em especial transporte, transmissão de energia e gasodutos, e a ligação destes com a costa; promover a criação de polos industriais, que, sob a mesma lógica dos degraus da costa, depois transbordariam desenvolvimento para o restante da região; e atrair investimentos domésticos e internacionais para o desenvolvimento local. (MORAIS, 2015, p. 251)

A primeira fase do programa se estendeu até meados de 2005, sendo muito questionada em seu caráter desenvolvimentista por não alterar, em um primeiro momento, o cenário do oeste do país, uma vez que seus investimentos foram direcionados para o desenvolvimento de infraestrutura, priorizada para acelerar o transporte dos recursos da região para o leste chinês (MORAIS, 2015, p. 252), onde se concentram as maiores metrópoles. Para Morais (2015 apud Zhao, 2006; Lin e Liu, 2006; Herd, 2010, p. 252), “Reforçava, e não modificava, o caráter dependente e atrasado do interior”. Além disso, anos antes, a administração chinesa, observando o potencial real e a tamanha importância de Xinjiang para sua economia nacional anunciou, segundo Becquelin (2000, p. 66, tradução nossa)

(...) o desejo de "aproveitar uma oportunidade histórica", lançando uma política ambiciosa para "abrir Xinjiang para o mundo", através da criação de zonas econômicas, expandindo o comércio fronteiriço e despejando investimentos maciços em infraestrutura e construção de capital na província.⁶⁵

⁶⁵ No original: “China announced a wish to ‘seize an historic opportunity’, launching an ambitious policy to “open up Xinjiang to the world” by setting up economic zones, expanding border trade and pouring massive investment into infrastructure and capital construction in the province.” (BECQUELIN, 2000, p. 66)

Dessa forma, Xinjiang foi significativamente tomada pela população han impulsionados pela propaganda do Partido Comunista e pelas novas oportunidades de emprego pelos investimentos realizados pelo governo (MARSHALL, 2016, p. 59). Aos poucos, as cidades que eram totalmente afastadas do modo de viver da costa leste, em todos os aspectos econômicos, culturais, sociais, históricos e geográficos, passaram a ser centro de uma nova realidade da maioria han. Em 1945, a população han em Xinjiang correspondia a apenas 6,2% da população da província, de maioria gigantesca uigur, porém em 2008 esse valor aumentou drasticamente com o desenvolvimento da região, com os han atingindo 39,2% do total da população (HOWELL e FAN, 2011, p. 123). O Partido ao longo dos anos, principalmente após julho de 2009 quando as tensões aumentaram na província, seguindo os protestos reprimidos com violência um ano antes em Lhasa no Tibete (LEIBOLD, 2016, p. 178), segundo Marshall (2016, p. 59) “reprimiu a dissensão, derramou dinheiro na região e continuou a escoar para lá trabalhadores chineses han.”

Os uigures em Urumqi protestaram fervorosamente contra um sistema de discriminação e segregação do governo han sobre sua etnia que pareceu sofrer uma colonização repentina. Com a chegada dos migrantes han, a disputa por trabalhos e bens públicos disponíveis desfavoreceu completamente os uigures, que em sua maioria migraram para o campo e concentraram-se na agricultura, enquanto os han dominaram as novas cidades em desenvolvimento, provocando hostilidades também pelo uso de água, recurso essencial em uma região compreendida pelo maior deserto do país (BECQUELIN, 2000, p. 90). Esses quesitos geram ainda mais conflitos e revoltas, desde protestos simples até ataques terroristas que culminam igualmente em aprisionamentos arbitrários nos campos de reeducação. Fica claro, portanto, que o extremismo religioso deixou de ser há tempos o único ponto que justifica as construções dos complexos de detenção e todas suas consequências. Xinjiang, cada vez mais han e modernizada, graças aos esforços do Partido Comunista, estaria pronta, a partir do ano de 2013, para escrever um novo capítulo na história da China.

4 O PROJETO 'NOVA ROTA DA SEDA' E A DIPLOMACIA DE XI JINPING

O cenário paradigmático que foi construído em Xinjiang até o presente momento consiste em três pilares principais: a descoberta de recursos energéticos estratégicos na região, o desenvolvimento da infraestrutura local para melhor gerenciamento dos insumos disponíveis encontrados, transformando as cidades em polos industriais e o fomento à migração de trabalhadores com mão de obra mais qualificada dispostos a atravessar o país, cativados pelas novas oportunidades de emprego em massa que surgiram (HOWELL e FAN, 2011, p. 120-121). Esse último aspecto foi responsável, portanto, por incendiar os conflitos étnicos históricos presentes na província e motivou os líderes do Partido Comunista Chinês a realizarem repressões em massa contra a minoria uigur. As tomadas de decisão da administração chinesa que se traduziram em gigantes investimentos na China continental foram de extrema importância para que um megaprojeto ambicioso, que ultrapassa as fronteiras do Estado chinês, pudesse tomar forma visando consolidar não somente a influência econômica chinesa ao redor do globo como também geopoliticamente. Tim Marshall (2018, p. 59) ilustra esse novo cenário de Xinjiang:

A maioria das novas vilas e cidades que brotam por toda parte em Xinjiang é esmagadoramente povoada por chineses han atraídos por trabalho nas novas fábricas em que o governo central investe. Um exemplo clássico é a cidade de Shihezi, 134 quilômetros a noroeste da capital, Urumqi. Julga-se que, de sua população de 650 mil habitantes, ao menos 620 mil são han. No total, supõe-se que Xinjiang seja 40% han, numa estimativa conservadora (...)

Desse modo, controlando as ações sobre a província, o Partido Comunista anunciou a iniciativa denominada “Um Cinturão, Uma Rota”⁶⁶, entendido como um megaprojeto que remete à antiga Rota da Seda buscando resgatar a relevância da China e tornar o continente asiático cada vez mais sinocêntrico (STUENKEL, 2018, p. 179), ou seja, onde as principais medidas em âmbito internacional serão concentradas no Estado Chinês, consolidando-se como hegemonia regional. Como explica Hayes (2019, p. 6, tradução nossa): “(...) o BRI busca conectar a China com as economias dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, localizando a China como ‘o centro de gravidade’ da economia mundial (...)”⁶⁷, constituindo um modelo para a construção

⁶⁶ Conhecido em inglês tanto como “*Belt and Road Initiative*” (BRI) ou “*One Belt, One Road*” (OBOR). (HAYES, 2019, p. 1)

⁶⁷ No original: “(...) *the BRI seeks to connect China with the economies of both developed and developing states, locating China as ‘the world’s economic centre-of-gravity’ (...)*”. Ibid., p. 6.

de um poder de domínio chinês. O projeto, que para o governo han é a principal estratégia em termos de política externa do país, apresenta, de acordo com Stuenkel (2018, p. 178), um duplo sentido em relação aos objetivos a serem cumpridos:

Domesticamente, ele espera que melhores ligações de transporte promovam crescimento nas regiões centrais e ocidentais subdesenvolvidas como Xinjiang (...). Isto não apenas aumentaria o PIB em toda parte, mas também reduziria a desigualdade econômica regional e, assim, a migração para as áreas costeiras, uma tendência que pode contribuir para tensões sociais. Um boom econômico em Xinjiang também é visto como a melhor maneira de combater a ascensão do extremismo islâmico na região. De uma perspectiva de política externa, o objetivo imediato da iniciativa é promover a influência da China na Ásia Central, uma região rica em recursos e que não está mais na órbita de Moscou. Como um número cada vez maior de países se torna dependente da infraestrutura de transporte e da energia chinesa, vínculos econômicos mais fortes tornarão cada vez mais dispendioso, para os governos centro-asiáticos, opor-se à China.

O maior plano de política externa da história da China contemporânea consiste em um investimento de trilhões de dólares em uma gigantesca rede de cabos de fibra ótica, ferrovias, oleodutos e gasodutos, cortando o gigantesco país de leste a oeste, norte a sul, pretendendo atingir, paulatinamente, o continente europeu por via terrestre e também marítima⁶⁸, realizando pesados investimentos infraestruturais como portos e aeroportos em países africanos e asiáticos para alcançar diferentes localidades do mundo, expandindo seu comércio e influência (AOYAMA, 2016, p. 5). Sendo assim, o projeto “Um Cinturão, Uma Rota” foi planejado originalmente buscando revitalizar e simular as antigas rotas comerciais, tanto as localizadas em terra quanto no oceano, que ficaram conhecidas como “rotas da seda”⁶⁹ (HAYES, 2019, p. 5). Descrita como uma nova zona de desenvolvimento econômico, a professora Anna Hayes (2019, p. 6, tradução nossa) explica a *Belt and Road Initiative*, diferenciando as rotas e explicando importantes passos do megaprojeto chinês, como a construção de corredores econômicos:

Compreende três rotas principais, combinando a infraestrutura existente com a infraestrutura futura planejada em desenvolvimento (imediato e a longo prazo). A Rota do Norte é conhecida como ‘*Eurasian Land Bridge*’, que liga Pequim à Rússia, Alemanha e Norte da Europa. A rota do meio refere-se a oleodutos e gasodutos existentes e propostos ligando Pequim, Xi’an, Urumqi, Afeganistão, Cazaquistão, Hungria e Paris. A Rota do Sul refere-se ao

⁶⁸ Cf. STUENKEL, 2018, p. 179

⁶⁹ A nova rota da seda corresponde, segundo Stuenkel, a “uma alusão ao termo cunhado em 1877 pelo geógrafo prussiano Ferdinand Von Richthofen para descrever as rotas comerciais que ligavam a China ao Ocidente mediterrâneo durante as dinastias Han e Tang.” Ibid., p. 178

desenvolvimento de rodovias transnacionais que ligam Pequim ao sul de Xinjiang, Paquistão, Irã, Iraque, Turquia, Itália e Espanha. Além das rotas comerciais, corredores econômicos também são propostos. Esses incluem: o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), que é focado no comércio de petróleo, o Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia-Birmânia, para facilitar o comércio com os Estados da ASEAN, o Corredor Econômico China-Mongólia-Rússia, para desempenhar um papel importante na segurança nacional e energia, bem como o *New Eurasian Land Bridge*, que será “a principal rota logística entre a China e a Europa”. Dessa forma, o BRI representa um plano ousado para o desenvolvimento chinês no mercado interno. Ele também tem o potencial de ter um significativo impacto na globalização do século XXI, ou melhor, na ‘sino-globalização’ chinesa.⁷⁰

São um total de seis corredores econômicos que compõem o projeto Um Cinturão, Uma Rota planejados para abastecerem o gigante asiático, buscando principalmente uma maior praticidade e menor burocracia no transporte dos recursos energéticos comercializados. Dos corredores terrestres, ao menos três deles atravessam pela província de Xinjiang, salvo se já não partem diretamente da região para a costa leste chinesa ou em direção aos países da Ásia Central e ao Paquistão, onde a Nova Rota da Seda, de acordo com Marshall (2018, p. 59), “se conectará ao sul com o enorme porto de águas profundas que a China está construindo em Gwadar⁷¹ (...) Essa é a parte do caminho em que ‘o cinturão e a rota’ irão se conectar.”, o que reafirma ainda mais a província de Xinjiang como uma peça fundamental no grande projeto da União han chinesa.

À vista disso, o governo chinês forneceu um valor estimado em 89 bilhões de dólares para a região até 2019 e, somente em 2018, Xinjiang teria recebido dois bilhões em “fundos de apoio” (HAYES, 2019, p. 7). Essa rota é uma das principais do megaprojeto, três mil quilômetros de extensão que partem da tradicional cidade muçulmana de Kashgar em Xinjiang, local ainda de maioria uigur no extremo oeste da China, rasgando o Estado paquistanês de norte a sul visando desaguar no Mar

⁷⁰ No original: “It comprises three main routes, combining existing infrastructure with planned future infrastructural development (both immediate and long-term). The Northern Route has been referred to as the ‘Eurasian Land Bridge’, linking Beijing with Russia, Germany and Northern Europe. The Middle Route refers to existing and proposed oil and gas pipelines linking Beijing, Xi’an, Urumqi, Afghanistan, Kazakhstan, Hungary and Paris. The Southern Route refers to the development of transnational highways linking Beijing with Southern XUAR, Pakistan, Iran, Iraq, Turkey, Italy and Spain. In addition to the above trading routes, economic corridors are also proposed. These include: the China–Pakistan Economic Corridor (CPEC), which is focused on the trade of oil, the Bangladesh–China–India–Burma Economic Corridor, to facilitate trade with ASEAN states, the China–Mongolia–Russia Economic Corridor, to serve an important role in national security and energy, as well as the New Eurasian Land Bridge, which will be ‘the main logistics route between China and Europe’. Therefore, the BRI represents a bold plan for Chinese development domestically. It also has the potential to have a significant impact on twenty-first century globalisation, or rather, China’s anticipated ‘Sino-globalisation’.” (HAYES, 2019, p. 6)

⁷¹ Cidade portuária localizada no sul do Paquistão, extremamente estratégica para a China.

Arábico, um atalho excepcionalmente importante para a China por conta da proximidade da cidade de Gwadar do Golfo Pérsico (AOYAMA, 2016, p. 6), a região que concentra mais petróleo em todo o mundo e, conseqüentemente, uma das áreas mais estratégicas e cobiçadas pelas grandes potências.

Dessa forma, os governos de China e Paquistão andam lado a lado em termos de política externa, cooperando amplamente entre si em áreas como energia, infraestrutura e indústria, planejando construir o porto de Gwadar (AOYAMA, 2016, p. 7) e defendendo-se mutuamente em âmbito internacional quando o assunto em pauta é a Índia. Enquanto a construção do gasoduto ainda não estava decidido, a China decidiu prestar assistência na construção do porto ainda em 2001, que teve prioridade. No entanto, como a *Belt and Road Initiative* estava sendo considerada, a construção do oleoduto do porto de Gwadar, do Paquistão para Kashgar, a região de Xinjiang repentinamente se tornou mais realista. Em 2015, esse projeto foi adicionado ao corredor econômico que passaria por ambos os países, fazendo o governo de Xi Jinping tomar a iniciativa. (AOYAMA, 2016, p. 15)

O Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC) tem seu valor estimado em 45 bilhões de dólares e é esperado que esteja concluído a partir do ano de 2030 (HAYES, 2019, p. 8). É um tremendo investimento considerado de alto risco por atravessar regiões instáveis politicamente, começando com a própria cidade de Kashgar e posteriormente passando por zonas de influência de grupos terroristas como a Al-Qaeda e o Talibã, que agora controla o Estado afegão. Em vista disso, o Partido Comunista Chinês destinou muitos investimentos para o desenvolvimento e controle de Kashgar, a cidade mais tradicional da cultura uigur para conter todos os distúrbios que já haviam acontecido na província, o que tornou a cidade uma zona comercial especial (HAYES, 2019, p. 8-9), assim como a capital Urumqi, cujo desenvolvimento foi muito mais antecipado. Corrêa (2015, p. 214) explica a atuação de empresas estatais que começaram a explorar o oeste do país, em locais como Xinjiang, visando lidar com a demanda de petróleo⁷²:

No que se refere ao setor de logística de petróleo na China, verifica-se uma concentração nas grandes empresas estatais petrolíferas. A PetroChina possui nove oleodutos, perfazendo 7419 km, seguida pela Sinopec, que controla seis, totalizando 2951 km (...) Visando manter e expandir o mercado nas províncias costeiras (Sinopec) e conquistar mercado nessa região

⁷² A PetroChina dispõe de quatro refinarias em Xinjiang, uma delas em Kashgar. Cf. CORRÊA, 2015, p. 212.

(PetroChina), as duas empresas estão investindo para desenvolver uma infraestrutura logística (oleodutos, terminais e infraestrutura portuária) nos mais elevados padrões internacionais. Estão sendo construídos milhares de quilômetros de oleodutos de óleo cru e derivados, com as estatais liderando o processo (...) A entrada em operação dos oleodutos e gasodutos China-Rússia, China-Cazaquistão, China-Turcomenistão e China-Mianmar vai atenuar a intensa busca chinesa por petróleo para alimentar sua crescente demanda doméstica.⁷³

O Partido Comunista Chinês, na figura de Xi Jinping, adotou uma narrativa notadamente nostálgica e sentimental desses corredores econômicos, promovendo a antiga rota da seda como um importante instrumento de aproximação de povos, aberta e inclusiva. De acordo com Anna Hayes (2019, p. 5, tradução nossa), “em um discurso realizado no Bureau Político do 18º Comitê Central do PCC, Xi afirmou que ‘a antiga Rota da Seda era mais uma rota de amizade do que uma rota de comércio’.”⁷⁴ Esse discurso representa exatamente a imagem que o Estado Chinês quer passar para os demais países acerca da Nova Rota da Seda, já que seu megaprojeto econômico não se limita a fronteiras e exigirá boas relações diplomáticas e artifícios políticos competentes por parte da China sobre os demais países soberanos que receberão os investimentos em infraestrutura. Por exemplo, o *New Eurasian Land Bridge*, um dos principais corredores da iniciativa, planeja passar por dentro do território delimitado de 30 Estados diferentes. (AOYAMA, 2016, p. 6)

Dessa maneira, a *Belt and Road Initiative* é vista como uma estratégia de escala planetária e não somente regional, abrindo seus horizontes para além da Eurásia atingindo países africanos e até no caribe (AOYAMA, 2016, p. 8), quando Pequim iniciou o projeto da construção do Canal da Nicarágua em 2015, buscando uma alternativa para o vizinho Panamá de monitoramento norte-americano (STUENKEL, 2018, p. 182-183). Ademais, o professor Oliver Stuenkel, sobre a antiga rota da seda, menciona uma interessante observação feita pela professora de história da China na Universidade de Yale, Valeria Hansen (CLOVER E HORNBY, 2015 apud STUENKEL, 2018, p. 178): “É um dos poucos termos de que as pessoas se lembram das aulas de história que não envolvem *hard power*... e são precisamente essas associações positivas que os chineses querem enfatizar.” O professor discorre sobre a política externa chinesa no conceito da Nova Rota da Seda:

⁷³ Cf. *Ibid.*, p. 216

⁷⁴ No original: “In a speech given to the Political Bureau of the 18th CPC Central Committee Xi stated that [t]he ancient Silk Road was more a route of friendship than a route of trade’.” (HAYES, 2019, p. 5)

Considerando quão dispendiosa e durável é a construção de ligações ferroviárias e rodoviárias, os investimentos em larga escala de Xi na região podem vincular vizinhos à Ásia sinocêntrica durante décadas, reduzindo de maneira significativa a capacidade ou os incentivos de seus governos para se opor à China. Como recentemente argumentou Kerry Brown (...) “Há obrigações sendo criadas aqui, dependências e comprometimentos que muitos que estão incluídos na ideia da Rota da Seda precisariam considerar seriamente.” (...) Enquanto a China assegurar que outros interpretem a estratégia de Um Cinturão, Uma Rota como uma situação ganha-ganha, o pivô da China para a Eurásia cimentará, ao invés de abalar, as pretensões chinesas de liderança regional. O Fundo da Rota da Seda é nada mais nada menos que o primeiro passo na direção de um sistema regional de relações políticas e econômicas mutuamente benéficas tendo a China no centro. (STUENKEL, 2018, p. 180)

Essa proposição e característica reflete precisamente a postura diplomática de Pequim sob o comando de Xi Jinping com relação à sua política externa e a Cinturão e Rota, apesar do desejo do país representar o núcleo das relações internacionais do continente asiático ser anterior ao atual líder (STUENKEL, 2018, p. 179). De acordo com Robert Putnam (2010, p. 147), “a política doméstica e as relações internacionais com frequência são inextricavelmente vinculadas (...) estão sempre entrelaçadas de alguma forma”. Xi Jinping é, portanto, o principal personagem da *Belt and Road Initiative*, conduzindo a política externa chinesa para atingir o Sonho Chinês, isto é, uma articulação ideológica do líder do país que almeja o desenvolvimento econômico e político contínuo do Estado chinês. (HAYES, 2019, p. 2)

Considerado o líder mais poderoso da China na era moderna, o futuro e o orgulho da nação chinesa passam inevitavelmente pelas mãos de Xi Jinping. Com efeito de sua crescimento e fortalecimento político, segundo o professor Andornino (2017, p. 6, tradução nossa), “os esforços de Pequim na negociação de mudanças normativas para a ordem internacional para melhor acomodar a ascensão pacífica chinesa (...) passaram a ser menos reativos e mais sistemáticos”⁷⁵ Em outubro de 2013, mesmo ano do lançamento da iniciativa Cinturão e Rota, Xi teria reunido o alto escalão do Partido Comunista em um incomum Fórum de Trabalho para a Diplomacia Periférica (ANDORNINO, 2017, p. 6) com o objetivo de revelar uma mudança na maneira de se fazer diplomacia, revisando seu comportamento em termos de política externa visando um engajamento mais ativo do país. Xi, dessa maneira, de acordo

⁷⁵ No original: “With the elevation and entrenchment of Xi Jinping at the apex of the Chinese polity, Beijing’s efforts in negotiating normative change for the international order to better accommodate China’s peaceful rise (...) have become less reactive and more systematic.” (ANDORNINO, 2017, p. 6)

com Andornino (2017, p. 6, tradução nossa), teria refletido sobre esse novo paradigma diplomático que o país deveria adotar:

Nas palavras do próprio presidente, “a China segue o caminho do desenvolvimento pacífico, uma independente política externa da paz e uma estratégia ganha-ganha de abertura. Uma de nossas prioridades é participar ativamente da governança global, buscar cooperação mutuamente benéfica, assumir responsabilidades e obrigações internacionais, expandir a convergência de interesses com outros países e forjar uma comunidade de futuro para a humanidade.” Até o momento, o resultado mais importante desta incipiente ‘grande estratégia para o desenvolvimento pacífico’ é a *Belt and Road Initiative* (...).⁷⁶

Dessa maneira, a China inicia um processo de pragmatização de sua política internacional, tendo a Cinturão e Rota como uma estratégia geopolítica global no centro de sua agenda (AOYAMA, 2016, p. 8-9). A intenção e o esforço do Partido Comunista em construir internamente uma sociedade chinesa que entenda o tamanho e a importância da história de seu país, cujo seus súditos devem ter orgulho de construir e viver em uma sociedade justa, livre de corrupção, protegida, ordeira e rica (HAYES, 2019, p. 2). Internacionalmente, reforça o caráter de potência global chinês, sinalizando o interesse do Estado Chinês lograr o status de hegemonia, finalmente se tornando um rico e poderoso país, longe das amarras do ocidente. Essa construção de narrativa faz parte do Sonho Chinês que concatena com a figura de Xi Jinping. Hayes (2019, p. 2, tradução nossa) explica a influência do líder han no chamado *China Dream*:

Xi também indicou que incorpora o ‘rejuvenescimento da China’, ou do ‘renascimento’ chinês. No discurso oficial, esse rejuvenescimento é altamente nacionalista, e proporcionará uma ‘restauração da dignidade’ para o Estado chinês após seu século de humilhação. Portanto, o *China Dream* forneceu uma ideologia unificadora tanto para o Partido e a população chinesa, a qual (...) incorpora o nacionalismo com maior desenvolvimento, reforma e revolução.⁷⁷

⁷⁶ No original: “*In the president’s own words, ‘China follows the path of peaceful development, an independent foreign policy of peace, and a win-win strategy of opening-up. One of our priorities is to take an active part in global governance, pursue mutually beneficial cooperation, assume international responsibilities and obligations, expand convergence of interests with other countries and forge a community of shared future for mankind’. To date, the most consequential output of this incipient “grand strategy for peaceful development” is the Belt and Road Initiative (...)*” Id.

⁷⁷ No original: “*Xi has also indicated that it incorporates the ‘rejuvenation of China’, or the Chinese ‘renaissance’. In official discourse, this rejuvenation is highly nationalistic, and will provide a ‘restoration of dignity’ for the Chinese state following China’s century of humiliation. Therefore, the China Dream has provided a unifying ideology for both the Party and the Chinese population, one that (...) incorporates nationalism with further development, reform and revolution.*” (HAYES, 2019, p. 2)

Sendo assim, o conceito do Sonho Chinês baseia-se em uma longa tradição, que correlaciona história, desenvolvimento, modernização, estratégia e nacionalismo em uma combinação unificadora e vigorosa. Não obstante, existe um outro elemento importante para o *China Dream*. Em vários discursos, o líder Xi Jinping indicou que essa ideia também incorpora os “dois centenários”, os quais referem-se ao centenário da criação do Partido Comunista Chinês ocorrido em julho do presente ano; além dos 100 anos da fundação da República Popular da China que serão completos em 2049, indicando uma ideia de futuro e prosperidade da nação (HAYES, 2019, p. 3). No ano de 2012, antes da *Belt and Road Initiative* ser lançada, Xi realizou um importante discurso, que foi exposto por Hayes (2019, p. 3, tradução nossa):

Acredito firmemente que o objetivo de terminar a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos pode ser alcançada em 2021, quando o Partido Comunista Chinês comemora seu centenário; o objetivo de transformar a China em um socialista moderno país que é próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso pode ser alcançado até 2049 quando a República Popular da China comemorar seu centenário; e o sonho do grande rejuvenescimento da nação chinesa será realizada.⁷⁸

A localização desse pronunciamento realizado no Museu Nacional foi muito especial para os chineses, já que a exposição ‘*Road to Rejuvenation*’ é considerada uma vitrine da versão do Partido Comunista Chinês da história chinesa. É altamente nacionalista, reducionista e muito seletivo de quais eventos estarão presentes no cronograma (HAYES, 2019, p. 3). A apresentação da exposição continha, segundo Hayes (2019, p. 3, tradução nossa): “Hoje, a nação chinesa permanece firme no leste, enfrentando um futuro brilhante de grande rejuvenescimento. O sonho e a aspiração longamente acalentados do povo chinês certamente se tornarão realidade.”⁷⁹ Esse tipo de discurso tem sido proferido seguidamente por anos, mas é visível sua intensificação após a escalada do governante ao poder do Partido, o que ficou

⁷⁸ No original: “I firmly believe that the goal of finishing building a moderately prosperous society in all respects can be achieved by 2021 when the Communist Party of China celebrates its centenary; the goal of building China into a modern socialist country that is prosperous, strong, democratic, culturally advanced, and harmonious can be achieved by 2049 when the People’s Republic of China marks its centenary; and the dream of the great rejuvenation of the Chinese nation will be realized.” (HAYES, 2019, p. 3)

⁷⁹ No original: “Today, the Chinese nation is standing firm in the east, facing a brilliant future of great rejuvenation. The long-cherished dream and aspiration of the Chinese people will surely come to reality.” Id.

conhecido como o “Pensamento de Xi Jinping”, o qual foi explicado por Hayes (2019, p. 8, tradução nossa):

(...) é a mais recente conquista na adaptação do marxismo ao contexto chinês, a cristalização da experiência prática e sabedoria coletiva do Partido e do povo, um componente importante do sistema teórico do socialismo com características chinesas e um guia de ação para que todo o Partido e todo o povo chinês se esforcem para o grande rejuvenescimento da nação chinesa, devendo ser mantido a longo prazo e constantemente desenvolvido.⁸⁰

Esse conjunto de idealizações, aspirações, desejos e pensamentos de Xi para o futuro da China, juntamente com o *China Dream*, foram enraizados profundamente no cotidiano da sociedade chinesa, dos burocratas políticos e burguesia empresarial até o trabalhador mais comum do país, interligados pela narrativa de Xi Jinping e do Partido Comunista e pela representatividade nacionalista dessas ideias no modo han de ver não somente o próprio país, mas o mundo inteiro (ANDORNINO, 2017, p. 9). Robert Putnam ressalta que o papel de decisão que o Estado detém em âmbito doméstico é fundamental para consolidar um equilíbrio geral entre o interno e o externo, os quais são interdependentes e soberanos (PUTNAM, 2010, p. 149), e desse modo, Xi consegue concatenar todas as diferentes vontades internas em um mesmo objetivo externo, o trabalho para o crescimento da nação chinesa. Como constata Junqueira (2019):

Desse modo, a Iniciativa Cinturão e Rota colaboraria com as estratégias chinesas de projeção internacional, com a urbanização e desenvolvimento do interior do território e com a abertura para que diversos setores, empresas e instituições da China beneficiem-se. Espera-se que o projeto traga aprimoramentos para a economia doméstica por via do maior fluxo de mercadorias e *commodities*, para as empresas nacionais ao se promover a sua internacionalização e para uma diplomacia mais atuante nos assuntos da agenda global (...). No que tange ao internacional, Peter Cai argumenta que a política externa chinesa, desde que Xi lançou a Iniciativa, tem se caracterizado pela maior assertividade, o que comprova que esse projeto deveria ser interpretado também como um plano geopolítico em vez de um modelo puramente econômico (CAI, 2017, p. 3). É plausível que o presidente chinês observe os consideráveis recursos econômicos do país como um instrumento-chave em prol da estabilidade regional e da liderança da China no sistema internacional (...). A Nova Rota da Seda é um projeto de política externa que incorpora as realizações dos governos anteriores agregando novas ideias, de modo a adaptá-las aos atuais desafios do contexto internacional. O governo busca com ele, além de eliminar as disparidades

⁸⁰ No original: “[Xi Jinping Thought] is the latest achievement in adapting Marxism to the Chinese context, crystallization of the practical experience and collective wisdom of the Party and the people, an important component of the theoretical system of socialism with Chinese characteristics, and a guide to action for the entire Party and all the Chinese people to strive for the great rejuvenation of the Chinese nation, and must be upheld long term and constantly developed.” Ibid., p. 8

econômicas entre as regiões do Leste e do Oeste e alterar o modelo produtivo doméstico, prover maior protagonismo ao seu corpo diplomático e militar, e ampliar a sua influência na comunidade internacional.

Sendo assim, para Hayes (2019, p. 6-7, tradução nossa), “o amadurecimento das aspirações e objetivos de Xi no Pensamento de Xi Jinping tornou-se o princípio orientador para os assuntos domésticos e internacionais da China.”⁸¹ Dessa forma, a *Belt and Road Initiative* pode ser compreendida como uma política externa que incorpora as conquistas e lições da diplomacia e das relações internacionais da China e agrega novas ideias para projetos que conectam suas necessidades e ambições domésticas (AOYAMA, 2016, p. 9). O Sonho Chinês e a Cinturão e Rota, aliado ao Pensamento de Xi, também são importantes determinadores de como as gerações han futuras se lembrarão e estudarão o líder do país. Com seu trabalho na elaboração do discurso do Partido, garantindo seu controle sobre empresas lucrativas, resolvendo ou diminuindo as assimetrias de desenvolvimento em todo o país e posicionando a China em uma nova era de prosperidade, o Pensamento de Xi Jinping responde aos desafios que a China enfrenta atualmente e ajuda a entender como o país funciona interna e externamente (HAYES, 2019, p. 7). Segundo Giovanni Andornino (2017, p. 8-9, tradução nossa):

Como uma visão inspiradora articulada por um líder confiante, esta busca por uma nova era de ‘prosperidade harmoniosa’ ressoa profundamente entre os chineses de hoje, ‘lançando a nação como uma que inspira concorrência pela força de sua cultura avançada e conquistas econômicas, evocando memórias de uma época em que a China recebia homenagens do resto do mundo’.⁸²

Associado ao Pensamento de Xi Jinping sobre diplomacia, anunciado por Xi em uma conferência em Pequim em junho de 2018, os esforços diplomáticos da China agora também estão vinculados com a promoção do rejuvenescimento da nação chinesa, promoção da paz, do desenvolvimento, da segurança e da estabilidade, buscando trabalhar juntos por um futuro que seria compartilhado por toda a humanidade (ANDORNINO, 2017, p. 6). Esses desenvolvimentos são significativos

⁸¹ No original: “Therefore, the maturation of Xi’s aspirations and goals into Xi Jinping Thought has become the guiding principles for China’s domestic and international affairs.” (HAYES, 2019, p. 6-7)

⁸² No original: “As an inspirational vision articulated by a confident leader, this pursuit of a new age of “harmonious prosperity” resonates deeply among today’s Chinese, “casting the nation as one that inspires emulation by the force of its advanced culture and economic achievements, while evoking memories of a time when China received tribute from the rest of the world.” (ANDORNINO, 2017, p. 8-9)

no jogo de poder da política interna chinesa, onde o Cinturão e Rota e o *China Dream* foram usados por Xi com o principal objetivo de concentrar, estender e legitimar seu poder principalmente na esfera doméstica, mas também internacionalmente (HAYES, 2019, p. 7). Como refletiu Rumi Aoyama (2016, p. 9, tradução nossa):

Além de criar um espaço de Estado-nação uniforme eliminando a disparidade econômica entre as regiões leste e oeste alternando para a produção doméstica, a *One Belt One Road* é vista como uma cura para todos os males da China, incluindo o aumento da influência da China na comunidade internacional. Portanto, há grandes expectativas para a Cinturão e Rota.⁸³

O Pensamento de Xi foi incorporado nas leis e na dinâmica da União han chinesa internamente e é apresentada como a maior iniciativa de política externa chinesa dos últimos tempos (HAYES, 2019, p. 6-7). Equilibrando e legitimando as políticas domésticas e internacionais, Xi Jinping e o Partido Comunista tem capacidade real de combinar seus interesses particulares, uma política de governo e de Estado, entendendo as demandas internas e fundamentando o projeto Um Cinturão, Uma Rota como política exterior (JUNQUEIRA, 2019). Nesse conjunto de narrativas e articulações políticas e econômicas, Xinjiang é verdadeiramente transformada em um eixo fundamental que conecta a China com os países que compõem a Nova Rota da Seda, servindo de porta de entrada para o abastecimento interno do país onde a logística de transporte de recursos e os investimentos em infraestrutura acabam preenchendo a paisagem da província e dos Estados vizinhos, ditando o modo de viver de sua população.

A Nova Rota da Seda e todos seus diversos aspectos são considerados por Andornino como uma Grande Estratégia (ANDORNINO, 2017, p. 8), a qual se utiliza de instrumentos diplomáticos, econômicos e militares direcionados para cumprir objetivos geopolíticos para a manutenção do *status quo* da China no sistema internacional. A *Belt and Road Initiative* reflete as ambições chinesas que estão sendo exteriorizadas (JUNQUEIRA, 2019), enquanto os líderes chineses se esforçam para manter o ambiente internacional alinhado com seu objetivo estratégico de realizar o Sonho Chinês de rejuvenescimento nacional. Entretanto, o notável aumento nas capacidades chinesas, juntamente com a incerteza na economia global e o

⁸³ No original: “In addition to creating a uniform nation-state space by eliminating the economic disparity between the eastern and western regions and switching to domestic production, *One Belt One Road* is seen as a cure-all for the ills of China including by increasing China's influence in the international community. Thus, there are high expectations for ‘One Belt, One Road’.” (AOYAMA, 2016, p. 9)

comportamento das potências em relação à ordem internacional, pode implicar novos desafios para a política externa de Xi Jinping (ANDORNINO, 2017, p. 4). De acordo com Stuenkel (2018, p. 180):

Analistas ocidentais costumam enfatizar que é provável que a China enfrente forte resistência a seus planos de fortalecer a conectividade tanto em terra como no mar. Entre outros, a ressurgente Rússia e uma Índia mais ambiciosa estariam ansiosas para bloquear os planos de Pequim.

Os formuladores de política chineses, por outro lado, são conscientes de que o enfraquecimento do risco de existirem resistências contra os interesses centrais da China sustenta o projeto do Cinturão e Rota (ANDORNINO, 2017, p. 4), porém essa estratégia envolve os países que se encontram em sua órbita de influência. Dessa maneira, seguindo uma estratégia de garantia conveniente proporcional à mudança na distribuição de poder na vizinhança do Estado chinês, a administração do presidente Xi Jinping tem cultivado uma forma de liderança considerada agressiva por muitos *policymakers* mundiais (HAYES, 2019, p. 14). Oliver Stuenkel, quando disserta sobre o fato dos países mais pobres ficarem amarrados economicamente à China (STUENKEL, 2018, p. 180), sem condições de pagarem pelos altos empréstimos fornecidos para o desenvolvimento da infraestrutura local que busca suportar a *Belt and Road Initiative*, também atenta para novos desafios que a administração chinesa possivelmente enfrentará com o aumento de sua influência e relevância não somente de maneira econômica mas militar:

Quanto mais crescem os investimentos chineses em países instáveis, mais a resolução de Pequim de não se enredar em assuntos internacionais será testada. Por exemplo, embora tropas norte-americanas ainda protejam minas de cobre dirigidas por chineses no Afeganistão (...), esses arranjos exigirão um dia componentes chineses de segurança, isto é, tropas chinesas estacionadas em solo estrangeiro. Portanto, pode não ser coincidência que a minuta da lei antiterror chinesa legalize posicionar soldados chineses no exterior, com o consentimento da nação hospedeira. Além dos benefícios econômicos, a estratégia Um Cinturão, Uma Rota pode aumentar aos poucos a presença militar da China em sua vizinhança, como é o caso da construção de portos que podem ser usados para fins militares (...). Uma questão importante é como a China vai evitar as armadilhas que outras grandes potências enfrentaram ao buscar fortalecer sua influência em países politicamente instáveis, sobretudo na Ásia Central. A presença crescente da China na Eurásia pode aumentar as tensões com Moscou, uma vez que interpretem os planos de Pequim como uma intrusão em seu quintal tradicional. Implementar um projeto tão grande continua a ser um enorme desafio, e é cedo demais para avaliar suas consequências de médio a longo prazo. (STUENKEL, 2018, p. 181)

Tendo isso em vista, a Nova Rota da Seda e a *Belt and Road Initiative* contribuem e compreendem o plano de projeção internacional da China pensado e implementado pelo Partido, interligando as necessidades em nível doméstico com as aspirações externas. Olhando novamente para o contexto interno, a evolução da política do governo chinês em Xinjiang desde 1949 e seus esforços para controlar e suprimir a resistência e oposição não resolveram os conflitos, embora de vez em quando obtiveram sucesso em conter atividades violentas, porém de maneira extremamente arbitrária e repressiva sobre a minoria étnica uigur. Nem a atual China nem sequer qualquer administração anterior jamais conseguiu resolver a fonte real de frustração e a violência no final do século XX e início do século XXI na província (DILLON, 2016, p. 81), problema histórico que se traduz na construção dos campos de reeducação e na detenção de uigures nessas instalações. Segundo Hayes (2019, p. 15, tradução nossa):

Como resultado, para o Partido Comunista, Xinjiang deve ser controlado, moldado pela força se necessário, para que esteja em conformidade com o projeto da *Belt Road Initiative*, contribuindo em última instância para a sua garantia de sucesso. Dado que os prazos dos ‘Dois Centenários’ estão se aproximando rapidamente, parece que Pequim decidiu aplicar mais punições do que recompensas. O destino do Sonho Chinês precisa ser cumprido pelo prazo de 2049, quando o ‘século pacífico e próspero da China’ é, oficialmente, previsto para começar. Se não for cumprido, o *China Dream* não será alcançado e o legado de Xi pode ser manchado.⁸⁴

Em vez de ser visto como uma questão interna em que os demais Estados não devem intervir, a repressão de Pequim à Xinjiang e às minorias muçulmanas demonstra até que ponto a China está preparada para responder a ameaças, sejam elas internas ou externas. O tratamento dado para Xinjiang por parte da União han deve servir, de acordo com a professora Anna Hayes, como um alerta para os Estados envolvidos na diplomacia da Cinturão e Rota com a China. Segundo Hayes (2019, p. 14, tradução nossa), “(...) se esses Estados perderem soberania parcial ou total para o Estado chinês, podem experimentar também formas semelhantes de domínio quase

⁸⁴ No original: “As a result, for the Communist Party, Xinjiang must be controlled, shaped by force if necessary, so that it conforms to the Belt and Road Initiative blueprint, ultimately contributing to its guaranteed success. Given the ‘Two Centennials’ deadlines are fast approaching, it appears that Beijing has decided to apply more sticks than carrots. The China Dream destiny needs to be fulfilled by the 2049 deadline when the ‘peaceful and prosperous Chinese century’ is, officially, anticipated to begin. If it is not fulfilled, the China Dream will not be attained, and Xi’s legacy may be tarnished.” (HAYES, 2019, p. 15)

colonial.”⁸⁵, indicando que Pequim está exportando a tecnologia de vigilância e controle utilizada em Xinjiang por meio da Nova Rota da Seda e que as dívidas contraídas com a *Belt and Road Initiative* culminem no enfraquecimento da soberania dos países envolvidos. (HAYES, 2019, p. 14-15)

Sendo assim, a iniciativa Um Cinturão, Uma Rota pode ser observada como uma primeira operacionalização da grande estratégia de Pequim de construção de uma liderança conectiva, ou seja, promover a Nova Rota da Seda como uma medida benéfica para todos os participantes (ANDORNINO, 2017, p. 17). Essa estratégia tem como premissa a necessidade fundamental de estender a janela de oportunidades de décadas que antigos líderes chineses trabalharam para consolidar o crescimento pacífico da economia da China, modernizando sua sociedade e aumentando de forma abrangente as capacidades do Estado Chinês e do Partido. Essa liderança, entretanto, para Andornino (2017, p. 17, tradução nossa), “não se trata apenas de garantias. Também visa dar à China maior tração institucional e normativa em um ambiente internacional em mudança.”⁸⁶

Nesse sentido, o investimento financeiro e os esforços logísticos e diplomáticos depositados no Cinturão e Rota são coerentes com a necessidade de elevar o *status quo* da China através de uma sinalização internacional suficientemente enfática e coerente (ANDORNINO, 2017, p. 18). Pequim, portanto, tem o objetivo de induzir outros Estados para uma hierarquia informal, uma noção mais livre de relações subordinadas que todos os lados reconhecem como legítimo, o que é especialmente valioso para coordenar as expectativas de domínio (ANDORNINO, 2017, p. 19). A geopolítica chinesa consiste, desse modo, em entender as necessidades internas do país e, ao mesmo tempo, conectar com as aspirações externas refletidas na *Belt and Road Initiative*, a qual carrega muito afincado em todo desenvolvimento do projeto em termos financeiros, diplomáticos e de segurança para que nenhum empecilho seja capaz de frear o avanço da gigante nação asiática han, a próspera República Popular da China do Partido Comunista Chinês pensada pelo seu líder supremo, Xi Jinping.

⁸⁵ No original: “(...) *If those states lose partial or full sovereignty to the Chinese state they too may experience similar forms of quasi-colonial rule.*” (HAYES, 2019, p. 14)

⁸⁶ No original: “*Connective leadership, however, is not only about reassurance. It also aims to afford China greater institutional and normative traction in a shifting international environment.*” (ANDORNINO, 2017, p. 17)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os violentos episódios da década de 90, o Partido Comunista Chinês, principalmente a partir da chegada de Xi Jinping ao poder, buscou implementar políticas de recompensas e punições em Xinjiang, promovendo por um lado o desenvolvimento econômico da região, enquanto, pelo outro, reprimia a religião, a política e as liberdades dos uigures para manter o controle da província (DILLON, 2016, p. 81). Como Xinjiang está intrinsecamente ligada ao ideal de um destino comum do país, ao rejuvenescimento da nação e ao *China Dream*, além de ser a ponte terrestre que conecta a China à Ásia Central, preenchendo uma estratégica lacuna do Pensamento de Xi Jinping e a exteriorização do poder e influência do gigante asiático; a região tem sido cada vez mais encarada como uma ameaça nacional aos planos da União Han (HAYES, 2019, p. 15). A gigantesca província de Xinjiang é, dessa maneira, uma região crucial para o planejamento do futuro da China e do *status quo* que o país representa tanto regionalmente na condição de hegemonia quanto internacionalmente como potência econômica e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

A região uigur é extremamente complexa por ser repleta de conflitos históricos que envolvem aspectos culturais, religiosos, territoriais, políticos e geográficos que, portanto, a fizeram alvo de medidas drásticas por parte do Partido para assegurar que a minoria étnica uigur não seria um contratempo para os ambiciosos desejos do Estado na província. É possível que Xinjiang ainda esteja relacionada em muitas notícias nos próximos anos devido às medidas diplomáticas que Xi Jinping precisará considerar em sua agenda em nível internacional, principalmente com a recente retomada do grupo extremista islâmico Talibã ao poder no Afeganistão, um dos vários países instáveis politicamente da Ásia Central que fazem fronteira com Xinjiang e são fundamentais para o desenvolvimento da *Belt and Road Initiative*. Sendo assim, as políticas implementadas pelo Partido extraíram o maior potencial possível da província, que juntando seus recursos energéticos antes inexplorados em um local de posição geográfica estratégica e privilegiada, aliados a uma ideia de expansão da influência chinesa sustentada na figura de Xi Jinping e na manifestação do orgulho chinês no desenvolvimento de uma grande e próspera nação, ressaltam e empoderam Xinjiang como uma das províncias mais importantes para o presente e o futuro do Estado chinês, do Partido e do legado de seu líder.

REFERÊNCIAS

- ANDORNINO, G. B. The Belt and Road Initiative in China's Emerging Grand Strategy of Connective Leadership. **China & World Economy**, v. 25, n. 5, p. 4-22, 2017.
- AOYAMA, R. "One Belt, One Road": China's New Global Strategy. **Journal of Contemporary East Asia Studies**, v. 5, n. 2, p. 3-22, 2016.
- BECQUELIN, N. Xinjiang in the Nineties. **Chicago Journals**, Chicago, n. The University of Chicago Press, p. 65-90, Julho 2000.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, v. I, 1998.
- CORRÊA, A. P. Industrialização, demanda energética e indústria de petróleo e gás na China. In: IPEA **China em Transformação - dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015. p. 189-237.
- CORREIA, P. D. P. Geopolítica e Geoestratégia. **Nação e Defesa**, n. 5, p. 229-246, 2012.
- DALL'AGNOL, A. C. Ascensão da China e transição de poder: conflito entre a teoria neorrealista e a neoliberal. **V Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais**, Santa Cruz do Sul, p. 1-13, 2014.
- DILLON, M. Xinjiang and the Uyghurs. **Handbook on Ethnic Minorities in China**, Cheltenham, UK; Northampton, USA, p. 60-82, 2016.
- FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, 20 a 26 Março 2005.
- HAYES, A. Interwoven 'Destinies': The Significance of Xinjiang to the China Dream, the Belt and Road Initiative, and the Xi Jinping Legacy. **Journal of Contemporary China**, 30 Maio 2019.
- HOWELL, A.; FAN, C. C. Migration and Inequality in Xinjiang: A Survey of Han and Uyghur Migrants in Urumqi. **Eurasian Geography and Economics**, Los Angeles, v. I, n. 52, p. 119-139, 2011.
- HUNTINGTON, S. P. **Choque de Civilizações e a Reconstrução da Ordem Mundial**. São Paulo: Objetiva, 1996.
- JUNQUEIRA, P. A. A Nova Rota da Seda: uma perspectiva geopolítica do projeto da política externa chinesa. **III ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA (ERABED) – SUDESTE**, 2019.
- LEIBOLD, J. Preferential policies for ethnic minorities in China. **Handbook on ethnic minorities in China**, Cheltenham, UK; Northampton, USA, p. 165-188, 2016.
- MAIA, L. O Conceito de Meio Técnico-Científico-Informacional em Milton Santos e a Não-Visão da Luta de Classes. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 41, p. 29-41, Março 2012. ISSN 1678-6343.
- MARSHALL, T. **Prisioneiros da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- MARTINEZ, V. C. Estado moderno: características, conceito, elementos de formação, instituições políticas, natureza jurídica, atualidades. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, n. 18, Dezembro 2013. ISSN 1518-4862.
- MATOS, R. População, recursos naturais e poder territorializado: uma perspectiva teórica supratemporal. **Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 451-476, Julho; Dezembro 2012.
- MORAIS, I. N. D. Desigualdades e políticas públicas na China: investimentos, salários e riqueza na era da sociedade harmoniosa. In: IPEA **China em**

Transformação - dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento.

Rio de Janeiro: Livraria Ipea, 2015. p. 237-277.

PUTNAM, R. D. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos Jogos de Dois Níveis. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, Junho 2010.

QING-LI, Y. Population changes in the Xinjiang Uighur autonomous region (1949–1984). **Central Asian Survey**, Urumchi, v. 9, n. 1, p. 49-73, Setembro 1990.

ROSENDAHL, Z. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, Março 2005.

SOUZA, R. A. D.; FRANÇA, S. A. M. Segurança, Território, População por Michel Foucault. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, p. 189-193, Janeiro 2008.

STEINBERG, P. E. Sovereignty, Territory, and the Mapping of Mobility: A View from the Outside. **Annals of the Association of American Geographers**, 18 Junho 2009. 467–495.

STUENKEL, O. **O Mundo Pós-Occidental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

VESENTINI, J. W. **Resenha crítica do livro A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, de Yves Lacoste**. Campinas: Papirus, 1988.

WEN, P.; AUYEZOV, O. Tracking China's Muslim Gulag. **Reuters**, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/investigates/special-report/muslims-camps-china/>>. Acesso em: 3 Maio 2021.

WONG, E.; BUCKLEY, C. U.S. Says China's Repression of Uighurs Is 'Genocide'.

The New York Times, 2021. Disponível em:

<<https://www.nytimes.com/2021/01/19/us/politics/trump-china-xinjiang.html>>. Acesso em: 10 Setembro 2021.

ZENZ, A. 'Thoroughly reforming them towards a healthy heart attitude': China's political re-education campaign in Xinjiang. **Central Asian Survey**, Korntal, p. 1-27, Setembro 2018. ISSN ISSN: 0263-4937.

ZHOU, M. Nation-state building and multiculturalism in China. **Handbook on Ethnic Minorities in China**, Cheltenham, UK; Northampton, USA, p. 111-137, 2016.